

UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS

SIGNIFICADO E LINGUAGEM EM PAUL GRICE

Por

António Jorge Castro Barbosa

Dissertação de Mestrado em Filosofia  
Orientada pelo Prof. João Alberto Pinto

Porto  
2010

## **Índice**

Introdução	1
1. A Análise Básica do Significado	3
2. Será a análise básica suficiente?	11
3. Será a análise básica necessária?	21
3.1 Casos de significado do locutor em que o locutor tem a intenção de produzir uma certa resposta na audiência, mas não pretende que parte da razão para a resposta dada seja a intenção do locutor em produzir essa resposta.	23
3.2 Casos de significado do locutor em que o locutor não pretende produzir uma resposta numa audiência particular.	31
4. Significado de palavras e significado do locutor.	34
4.1 Significado ocasional	39
4.2 Significado intemporal para elocuições-tipo não estruturadas	41
4.3 Significado intemporal aplicado para elocuições-tipo não estruturadas.	46
4.4 Significado intemporal e significado intemporal aplicado para elocuições-tipo estruturadas, completas e incompletas.	48
4.5 Correlação.	53
5. Implicatura	60
6. Uma breve comparação entre Grice, Wittgenstein e Chomsky.	77

6.1 Grice e Wittgenstein	77
6.2 Grice e Chomsky	79
Conclusão	84
Bibliografia específica	89
Bibliografia geral	91

## **Introdução**

O objectivo primeiro deste trabalho é o de apresentar os elementos fundamentais da teoria da linguagem de Paul Grice.

No primeiro capítulo procede-se à apresentação da análise básica do significado de Paul Grice. Começa-se por fazer uma distinção entre o significado natural e o significado não-natural de uma elocução, procedendo-se ao estudo deste último. Chega-se por fim a uma definição básica do significado não-natural.

No segundo capítulo discute-se a suficiência da análise básica do significado. Grice vai responder a contra-exemplos lançados contra a sua análise básica, até chegar a uma formulação suficiente para explicar o significado não-natural de uma elocução. Esta ideia terá adiante (capítulo 5) a sua articulação mais completa no âmbito da teoria griceana da comunicação.

No terceiro capítulo discute-se a necessidade da análise básica do significado. Grice tenta dar resposta a dois tipos de contra-exemplo à necessidade da análise: um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos do significado do locutor em que este tem a intenção de produzir uma certa resposta da audiência mas não pretende que parte da razão para essa resposta seja a intenção do locutor em produzir essa resposta; e um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos do significado do locutor em que este não pretende produzir uma resposta numa audiência particular.

No quarto capítulo discute-se a relação entre o significado das palavras e o significado do locutor. Grice tem como objectivo realçar a ligação entre o significado não-natural e os conceitos de significado que estão envolvidos ao dizer-se que uma frase significa tal e tal e que uma dada palavra ou expressão significa tal e tal. Esta iniciativa faz parte de um programa mais amplo, decorrente de um desejo de Grice de distinguir entre aquilo que um locutor diz e aquilo que ele implica. Para Grice, tal programa é constituído por seis estádios, dos quais quatro são efectivamente tratados.

No quinto capítulo, aborda-se a teoria griceana da conversação. De forma a estabelecer quais as condições que governam a conversação, Grice introduz a noção crucial de implicatura. Por um lado, Grice utiliza a noção de 'dizer', relacionando-a com o

significado convencional das palavras proferidas por um locutor. Mas, além de ajudar a determinar aquilo que é dito, o significado convencional das palavras usadas contribui também para determinar aquilo que é implicado pelo seu uso. Quando um locutor quer dizer algo não convencionalmente recorre em muitos casos a implicaturas que Grice chama conversacionais. Disto resulta que a conversação é encarada por Grice como um empreendimento racional, intencional e interpessoal, regido por um Princípio Cooperativo. Esta parece-nos finalmente ser a ideia mais importante da teoria da linguagem de Grice.

No sexto e último capítulo, faz-se uma breve contextualização da teoria griceana do significado, comparando-a com as teorias de L. Wittgenstein e N. Chomsky.

## 1. A Análise Básica do Significado

Neste capítulo procede-se à apresentação da análise básica do significado de Paul Grice. Mas, antes de mais, parece-nos conveniente fazer um comentário relativo ao método utilizado neste trabalho.

O método utilizado por Grice é um método dialéctico, no sentido em que este método é definido por A. P. Martinich.<sup>1</sup> Neste sentido, o raciocínio dialéctico pode ser assim caracterizado: (a) é um raciocínio que avança ao considerar uma série de proposições topicamente relacionadas; (b) cada nova proposição é inspirada por proposições anteriores; (c) cada nova proposição apresentada está supostamente mais próxima da verdade do que a proposição anterior.

Este método tem uma motivação pedagógica: a consideração sucessiva de uma série de proposições mostra como incorrectas outras possibilidades; isto é especialmente útil quando a perspectiva correcta se apresenta formulada de forma algo complicada. O método dialéctico revela e justifica a necessidade dessa complicação. Estes aspectos estão presentes, desde logo, no artigo “Meaning” onde Grice introduz algumas das suas noções mais básicas. Grice apresenta as definições aí envolvidas numa sucessão que vai de [1] a [3]; seria difícil ao leitor aceitar [3] (ou compreender [3]), se não tivesse visto porque é que Grice achou necessário rejeitar [1] e [2] como excessivamente simples.

Grice começa por pedir que se considerem as seguintes frases: “Aquelas manchas significam sarampo”; “Aquelas manchas não significam nada para mim, mas para o médico significam sarampo” e “O recente orçamento significa que vamos ter um ano difícil”.<sup>2</sup> Segundo Grice, (1) não se pode afirmar que certas manchas significam sarampo e ao mesmo tempo afirmar que o seu portador não tem sarampo; ou seja, nos casos acima referidos *x* significa que *p* acarreta *p*. Além disso, (2) não se pode afirmar que se *quis-dizer*<sup>3</sup> algo com aquelas manchas ou com o recente orçamento; também não se pode

---

<sup>1</sup> Cf. MARTINICH, A. P. – *Philosophical Writing* (1ª ed. de 1989). Oxford: Blackwell, 2010, pp. 127-131.

<sup>2</sup> GRICE, H. P. – “Meaning” (1ª ed. de 1957). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, p. 213.

<sup>3</sup> Grice usa sempre os termos “mean” e “meant” para se referir quer àquilo que um locutor quis-dizer (“he meant” isto e aquilo) quer àquilo que uma frase significa (“*x* means” isto e aquilo). Em português não é possível manter uma mesma expressão para os dois casos; assim, tem-se “quer-dizer” para referir aquilo que

acrescentar ao verbo “significar” uma expressão entre aspas, ou seja, não se podem fazer afirmações como “Aqueles manchas significam ‘sarampo’”. Por outro lado, (3) pode-se rephrasing os casos acima referidos começando com a expressão “O facto de...” ou “O facto de que...”, como no seguinte exemplo: “O facto do recente orçamento ter sido aquilo que foi significa que vamos ter um ano difícil”.

Grice pede que se comparem as frases acima com uma frase como “Aqueles três toques na campainha (do autocarro) significam que o autocarro está cheio.”<sup>4</sup> Agora, (1) num caso particular, pode-se afirmar que o autocarro não está cheio e que o condutor cometeu um erro ao tocar a campainha três vezes; ou seja, neste caso *x* significa que *p* não acarreta *p*. Além disso, (2) relativamente à situação descrita nesta frase, pode-se afirmar que o condutor do autocarro quis-dizer algo ao tocar a campainha três vezes, nomeadamente, quis-dizer que o autocarro está cheio. Por outro lado, (3) em casos como este pode-se acrescentar ao verbo “significar” uma expressão entre aspas, tal como “Aqueles três toques na campainha significam ‘o autocarro está cheio’”. No entanto, “Aqueles três toques na campainha significam que o autocarro está cheio” não significa o mesmo que “O facto da campainha ter tocado três vezes significa que o autocarro está cheio”.

No primeiro conjunto de frases, encontramos o sentido *natural* das expressões “significa”, “significa algo” e “significa que”; em frases semelhantes àquela do segundo exemplo encontramos o sentido *não-natural* destas expressões; Grice usa a abreviatura “...significa<sub>NN</sub>...” (“...quer-dizer<sub>NN</sub>...”) para distinguir este último sentido do primeiro:

Quando as expressões “significa”, “significa algo” e “significa que” são usadas à maneira do primeiro conjunto de frases, falarei do sentido, ou sentidos, em que elas são usadas como o sentido *natural*, ou sentidos [naturais], das expressões em questão. Quando as expressões são usadas à maneira do segundo conjunto de frases, falarei do sentido, ou sentidos, em que elas são usadas como o sentido *não-natural*, ou sentidos [não-naturais], das expressões em questão. Usarei a abreviatura “significa<sub>NN</sub>” para distinguir o sentido não-natural ou sentidos [não-naturais].<sup>5</sup>

---

um locutor quer “significar” com uma elocução, e “significa” para referir aquilo que uma frase ou expressão significam.

<sup>4</sup> GRICE, H. P. – “Meaning”. p. 214.

<sup>5</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 214.

Para Grice esta distinção é superior àquela entre natural/natureza e convencional/convenção:

A questão acerca da distinção entre significado natural e não-natural é, penso eu, aquilo a que as pessoas querem chegar quando demonstram interesse numa distinção entre signos “naturais” e “convencionais.” Mas penso que a minha formulação é melhor. Porque algumas coisas que podem significar<sub>NN</sub> algo não são signos (por exemplo, as palavras), e algumas não são convencionais em nenhum sentido comum (por exemplo, certos gestos); enquanto que algumas coisas que significam naturalmente não são signos daquilo que significam (cf. O exemplo do orçamento recente).<sup>6</sup>

Ao considerar as características distintivas do significado<sub>NN</sub>, Grice rejeita uma explicação causal do significado, como aquela que era sugerida por C. L. Stevenson<sup>7</sup>. Grice resume desta forma essa teoria comportamentalista (basta ver os termos “tendência” e “condicionamento” que nela figuram) citando em parte Stevenson:

Para que *x* signifique<sub>NN</sub> algo, *x* deve ter (aproximadamente) uma tendência para produzir numa audiência alguma atitude (cognitiva ou não) e a tendência, no caso de um falante, a *ser* produzido *por* essa atitude, sendo estas tendências dependentes de “um elaborado processo de condicionamento respeitante ao uso do signo na comunicação”.<sup>8</sup>

Grice recusa esta explicação e dá alguns contra-exemplos. Pede, em primeiro lugar, que se considere uma elocução (com significado<sub>NN</sub>) de género descritivo, cuja atitude relevante seja cognitiva, neste caso, uma crença.<sup>9</sup> É uma tendência geral considerar-se que uma pessoa que veste um fraque vai a um baile; mas quer isto dizer que vestir um fraque significa<sub>NN</sub> que essa pessoa vai a um baile? Para Grice, vestir um fraque não significa<sub>NN</sub> que essa pessoa vá a um baile, nem significa qualquer outra coisa, pelo menos no sentido que estes filósofos atribuem ao termo “significar.” Este contra-exemplo de Grice é excluído pela formulação de Stevenson, quando este afirma que o condicionamento que leva a uma resposta da parte do interlocutor é resultado do “uso do signo na comunicação.” Para Grice, esta ressalva da parte de Stevenson apenas exclui o exemplo do fraque à custa da introdução de circularidade na sua explicação daquilo que é o significado: «Poderíamos também dizer, “*X* tem significado<sub>NN</sub> se for usado na comunicação,” o que, embora

<sup>6</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 215.

<sup>7</sup> STEVENSON, C. L. – *Ethics and Language* (1ª ed. de 1944). Yale University Press, 1960.

<sup>8</sup> GRICE, H. P. – “Meaning”. p. 215.

<sup>9</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* pp. 216-217.

verdadeiro, não é útil.»<sup>10</sup> Precisa-se, por isso, de explicar o que torna algo um uso comunicacional de um signo.

Outra dificuldade, exemplificada por Grice, com a teoria causal do significado é a de saber «como podemos evitar dizer, por exemplo, que “Jones é alto” é parte do que se entende por “Jones é um atleta,” uma vez que dizer a alguém que Jones é um atleta tenderia a fazer esse alguém acreditar que Jones é alto.»<sup>11</sup> A ligação entre “atleta” e “alto” não é uma regra linguística, e, por isso mesmo, a “altura” não pode ser parte do significado de “atleta.” A “altura,” no entanto, é *sugerida* por “atleta.” Segundo Grice, ao afirmar que a “altura” é apenas sugerida, Stevenson está a aceitar que não existe contradição ao nível de regras linguísticas quando se fala de “atletas baixos.” Este argumento é também circular, uma vez que ao aceitar-se esta argumentação está-se a aceitar também certas convenções linguísticas, quando aquilo que se pretende é determinar e/ou explicar essas mesmas convenções linguísticas. Para além das dificuldades anteriores, Grice pensa que ao aceitar-se a teoria de Stevenson se fica – no máximo – com uma ideia demasiado geral daquilo que um signo/sinal significa; falta-lhe (crucialmente) a análise daquilo que um locutor<sup>12</sup> particular quis-dizer numa ocasião particular.

De facto, a partir deste ponto, Grice vai propor uma «linha mais promissora»<sup>13</sup> para a elaboração de uma Teoria Causal do Significado. A ideia central pode ser assim apresentada: se se elucidar o significado de “*x* significou<sub>NN</sub> algo (numa ocasião particular)”, onde *x* refere uma elocução, e se se tentar elucidar o significado de “*U* quis-dizer<sub>NN</sub> algo com *x* (numa ocasião particular)”, onde *U* refere um locutor; então pode-se começar a compreender o significado de “*x* significa<sub>NN</sub> (intemporalmente) algo” e de “*U* quer-dizer<sub>NN</sub> (intemporalmente) algo com *x*”.

Grice sugere, como primeira tentativa, uma análise com a seguinte forma:

---

<sup>10</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 216.

<sup>11</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 216.

<sup>12</sup> Embora “locutor” pareça mais abrangente do que “falante”, ambas as expressões são usadas por Grice para referir o mesmo. Neste trabalho, usarei indiscriminadamente ambas as expressões.

<sup>13</sup> GRICE, H. P. – “Meaning”. p. 217.

[1] “ $U$  quer-dizer<sub>NN</sub> algo ao proferir  $x$ ” é verdade se e só se  $U$  profere  $x$  com a intenção de induzir uma resposta numa audiência (e dizer qual é essa resposta será dizer aquilo que  $U$  quer-dizer).<sup>14</sup>

Esta análise é insuficiente, como é demonstrado pelo seguinte contra-exemplo: pode-se colocar o lenço de uma certa pessoa perto da cena de um crime, com o intuito de incriminar essa pessoa, fazendo um detective crer que essa pessoa é culpada; para Grice, nem a colocação do lenço na cena do crime, nem o próprio lenço, significam<sub>NN</sub> algo.<sup>15</sup> Neste caso, é deixada de fora qualquer comunicação entre a pessoa que colocou o lenço na cena do crime e o detective. Se alguém deixasse cair o lenço na cena do crime de forma não intencional, mesmo assim o detective iria acreditar que o dono do lenço era culpado pelo crime. Dizer qual foi a resposta do detective à colocação do lenço não nos elucida acerca da diferença entre significado natural e significado não-natural. Sendo assim, é necessário acrescentar à análise a intenção, da parte do locutor, de que uma audiência reconheça a intenção que se encontra por trás da elocução:<sup>16</sup>

- [2]  $U$  quer-dizer algo ao proferir  $x$  se e só se  $U$  profere  $x$  com a intenção de que
- (a)  $U$  ao proferir  $x$  produza uma resposta  $r$  numa audiência  $A$ ;
  - (b)  $A$  reconheça a intenção de  $U$ .

A condição (b) evita o contra-exemplo acima referido, mas, mesmo assim, a análise não dá uma imagem completa do aspecto comunicacional do significado<sub>NN</sub>. Vejamos o seguinte contra-exemplo:<sup>17</sup> Herodes oferece a Salomé a cabeça de João Baptista num prato, com a intenção de que (a) esse acto produza a crença em Salomé de que João Baptista está morto, e (b) Salomé reconheça que Herodes tem a intenção de que o seu acto a faça crer que João Baptista está morto. Mais uma vez, esta análise revela ser insuficiente para ilustrar na perfeição um caso de significado<sub>NN</sub>. Salomé reconhece que João Baptista está

---

<sup>14</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 217.

<sup>15</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 217.

<sup>16</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 217.

<sup>17</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 218.

morto porque viu a sua cabeça cortada, mas este conhecimento não depende do acto comunicativo de Herodes, uma vez que é bastante claro que ninguém sobrevive com a cabeça cortada. Aquilo que Grice pretende é, assim, descobrir «a diferença entre, por exemplo, “deliberada e abertamente deixar alguém saber [isto ou aquilo]” e “dizer” [isto ou aquilo] e entre “levar alguém a pensar [isto ou aquilo]” e “dizer” [isto ou aquilo]». <sup>18</sup>

Para realçar esta diferença, Grice analisa os seguintes casos:<sup>19</sup> (i) mostro ao Sr. X uma fotografia do Sr. Y exibindo familiaridade indevida com a Sra. X; (ii) faço um desenho do Sr. Y exibindo familiaridade indevida com a Sra. X, e mostro-o ao Sr. X. Para Grice, o caso (i) não tem significado<sub>NN</sub>; no caso (ii), ao fazer um desenho e ao mostrá-lo quero-dizer<sub>NN</sub> que o Sr. Y foi indevidamente familiar com a Sra. X. No caso (i), o reconhecimento por parte do Sr. X da minha intenção de revelar o caso de adultério é irrelevante, uma vez que a fotografia é suficiente para que ele creia no caso de adultério. O Sr. X saberia que o Sr. Y foi indevidamente familiar com a Sra. X se por acaso encontrasse a fotografia, tendo esta sido deixada acidentalmente por mim no seu quarto; mas, diz Grice, «faz diferença para o efeito do meu desenho sobre o Sr. X se ele crê ou não que eu pretendo informá-lo (fazê-lo crer em algo) acerca da Sra. X, e não apenas rabiscar ou produzir uma obra de arte»<sup>20</sup>; ou seja, faz diferença para o efeito que a elocução tem sobre A se ele crê ou não que a elocução foi produzida com uma intenção comunicacional.

No entanto, esta condição gera uma nova dificuldade, que Grice ilustra com o seguinte exemplo:<sup>21</sup> se eu fizer espontaneamente um olhar severo, alguém que repare em mim pode muito bem vir a crer que eu estou descontente. De forma semelhante, se eu fizer um olhar severo com a intenção de mostrar descontentamento a uma pessoa em particular, e se essa pessoa reconhecer essa intenção, essa pessoa vai crer que eu estou descontente. A informação recebida pelo interlocutor é a mesma nos dois casos, quer o interlocutor reconheça ou não a intenção comunicativa por trás do olhar severo. Olhando apenas para a informação recebida, não há fundamentos para distinguir entre significado natural e significado não-natural. Deve-se então concluir que o olhar severo deliberado não

---

<sup>18</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 218.

<sup>19</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 218.

<sup>20</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 218.

<sup>21</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 219.

significa<sub>NN</sub> nada? Segundo Grice, não há diferença, nos dois casos, relativamente ao objecto das crenças dos interlocutores, mas a capacidade para produzir crenças da parte de cada um dos tipos de olhar severo, o espontâneo e o deliberado, é diferente em cada um dos casos; ou seja, «se tirarmos o reconhecimento da intenção, e deixarmos as outras circunstâncias (incluindo o reconhecimento do olhar severo como deliberado), a tendência do olhar severo para produzir crenças tem que ser encarada como estando danificada ou destruída.»<sup>22</sup>

Grice tem agora todas as condições para completar a análise que explica aquilo que o locutor *U* quer-dizer quando profere *x*:<sup>23</sup> *U* quer-dizer algo ao proferir *x* se profere *x* com a intenção de produzir uma certa resposta numa audiência, sendo necessário que essa audiência reconheça essa intenção da parte de *U*, e que esse reconhecimento da parte da audiência funcione, pelo menos parcialmente, como razão para a sua resposta. Podemos formular esta análise da seguinte forma:

[3] “*U* quer-dizer algo ao proferir *x*” é verdade se e só se, para alguma audiência *A*, *U* profere *x* com a intenção de que

- (a) *A* produza uma resposta particular *r*;
- (b) *A* reconheça que *U* tem a intenção (a);
- (c) *A* realize (a) tendo como base a realização de (b).

Grice justifica a condição (c) da seguinte forma:

Supor que *A* produz *r* “*tendo como base*” o pensamento de que *U* pretende que ele produza *r* é supor que o seu pensamento de que *U* pretende que ele produza *r* é pelo menos parte da sua razão para produzir *r*, e não apenas a *causa* da sua produção de *r*.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 219.

<sup>23</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 219; “Utterer’s Meaning and Intentions” (1ª ed. de 1969). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, p. 92.

<sup>24</sup> GRICE, H. P. – “Utterer’s Meaning and Intentions” (1ª ed. de 1969). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, p. 92.

A distinção entre ‘causa’ e ‘razão’ é fundamental neste caso. Grice, ao querer desenvolver uma linha mais promissora da teoria causal do significado, está a aceitar algumas das bases desta teoria, nomeadamente a crença de que para desenvolver uma teoria do significado é necessário ter em consideração o papel dos locutores e dos interlocutores no processo comunicativo. Mas a linha desenvolvida por Grice aplica conceitos como “intenção” e “crença” e procura mostrar que estes conceitos são intrinsecamente racionais. Deste ponto de vista, Grice parece então estar a pensar que “razões” são um tipo específico de causa – o tipo apropriado a sujeitos (humanos) racionais que comunicam<sub>NN</sub>.<sup>25</sup> O poder explicativo desta “linha mais promissora” está no facto de agora se atribuir importância central ao facto dos locutores raciocinarem acerca de que elocuições produzir, e ao facto dos interlocutores também raciocinarem precisamente acerca disso mesmo para chegar a uma resposta.

Assim, se (c) fosse substituído por (c\*):

(c\*) A realize (a) em resultado da realização de (b)<sup>26</sup>,

ter-se-ia de aceitar o caso seguinte:

“*U* quer-dizer algo ao proferir *x*” é verdade se e só se, para alguma audiência *A*, *U* profere *x* com a intenção de que

(a) *A* se divirta;

(b) *A* reconheça que *U* pretende que ele se divirta.

(c\*) *A* se divirta em resultado do seu reconhecimento de que *U* pretende que ele se divirta.<sup>27</sup>

Para Grice, «embora o pensamento da parte de *A* de que *U* pretendeu que ele se divertisse possa ser uma causa parcial do seu divertimento, não poderia ser parte da sua

---

<sup>25</sup> Grice estava empenhado em ver as pessoas como sendo acima de tudo agentes racionais. Isto torna-se completamente explícito em GRICE, H. P. – *Aspects of Reason*. Oxford: Clarendon Press, 2008.

<sup>26</sup> Cf. GRICE, H. P. – “Utterer’s Meaning and Intentions”. p. 92.

<sup>27</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 92.

razão para se divertir (uma pessoa não tem razões para se divertir)». <sup>28</sup> Por isso, apenas se for adoptado (c) em vez de (c\*) se exclui o caso acima apresentado.

No capítulo seguinte será discutida a suficiência da análise tal como está formulada em [3].

---

<sup>28</sup> GRICE, H. P. – “Utterer’s Meaning and Intentions”. pp. 92-93. Parece que neste caso *A* se divertiria “sarcasticamente”, não por causa de *x* mas por causa de *U* ter pretendido que *A* se divertisse.

## 2. Será a análise básica suficiente?

Apesar da ideia fundamental daquilo que é o significado<sub>NN</sub> ter sido captada na formulação [3], as condições (a), (b) e (c) ainda não são suficientes – e vão suscitar, por parte de Grice, novas aplicações do método dialéctico. Grice apresenta o seguinte caso, de forma a clarificar mais cabalmente estas três condições:<sup>29</sup> um prisioneiro de guerra possui certa informação que os seus inimigos desejam que seja revelada; o prisioneiro sabe que eles desejam que ele lhes revele esta informação. Os captores, de forma a fazerem-no revelar a informação, sujeitam o prisioneiro à tortura, utilizando para esse fim um torno para apertar os dedos polegares. Neste exemplo, as condições (a), (b) e (c) de [3] são satisfeitas: (a) os captores aplicam o torno no prisioneiro com a intenção de que ele produza uma resposta: a revelação de certa informação; (b) os captores pretendem que o prisioneiro reconheça que eles aplicam o torno com a intenção de produzir a revelação da informação; (c) o reconhecimento por parte do prisioneiro da intenção (a) funciona como razão, pelo menos parcial, para que ele revele a informação. No entanto, os captores não quiseram-dizer<sub>NN</sub> algo através da aplicação do torno, uma vez que esta acção não revela as suas intenções. Os captores quiseram mostrar ao prisioneiro que este deveria revelar-lhes certa informação. A aplicação do torno é apenas um incentivo a uma resposta, uma vez que o prisioneiro já conhece as intenções dos captores. Para evitar este contra-exemplo, precisamos de acrescentar à alínea (b) uma condição que estipule que a audiência reconheça as intenções do locutor devido, pelo menos parcialmente, à elocução por ele proferida. Temos assim a seguinte redefinição:<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* pp. 93-94.

<sup>30</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 94.

[4] “ $U$  quer-dizer algo ao proferir  $x$ ” é verdade se e só se, para alguma audiência  $A$ ,  $U$  profere  $x$  com a intenção de que

- (a)  $A$  produza uma resposta particular  $r$ ;
- (b)  $A$  reconheça, *devido, pelo menos em parte, à elocução de  $x$* , que  $U$  tem a intenção (a);
- (c)  $A$  realize (a) tendo como base a realização de (b).

No entanto, esta formulação ainda não resolve todos os problemas. Grice apresenta três contra-exemplos, sugeridos por Dennis Stampe, Peter Strawson e Stephen Schiffer respectivamente.<sup>31</sup> Stampe, em conversa com Grice, apresenta o seguinte contra-exemplo: um funcionário joga bridge contra o seu patrão; o funcionário quer que o patrão ganhe, e quer que o patrão saiba disto, já que este gosta de alguma subserviência. O funcionário não quer ser demasiado explícito, porque tem medo que o patrão se sinta ofendido; então, põe em acção o plano seguinte: quando tiver uma boa mão, faz um sorriso de prazer, mas ligeiramente diferente de um sorriso de prazer espontâneo. Ele pretende que o patrão detecte esta diferença, reconheça a sua intenção, e responda de maneira apropriada; como resultado disto, o patrão não vai aumentar a licitação do seu parceiro e, por essa razão, vai ganhar a jogada, tudo graças ao sorriso do funcionário. Neste caso, não podemos afirmar que o funcionário quiz-dizer<sub>NN</sub> alguma coisa com o seu sorriso; no entanto as condições de [4] são cumpridas na totalidade: o funcionário sorri de certa maneira com a intenção de que: (a) o patrão pense que o funcionário tem uma boa mão; (b) o patrão reconheça, devido, pelo menos em parte, ao sorriso, que o funcionário pretende que o patrão pense que o funcionário tem uma boa mão; (c) pelo menos parte da razão pela qual o patrão venha a pensar que a mão é boa se deva à intenção do funcionário de que o patrão assim pense.

Strawson<sup>32</sup>, para lidar com casos semelhantes ao referido, propõe uma nova condição, nomeadamente «que o locutor  $U$  deve proferir  $x$  não apenas, como já previsto, com a intenção de que  $A$  pense que  $U$  pretende obter uma certa resposta de  $A$ , mas também

---

<sup>31</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* pp. 94-96.

<sup>32</sup> Cf. STRAWSON, P. -“intention and convention in speech acts”. In: *The Philosophical Review*, Vol. 73, Nº 4, Outubro 1964, p. 447.

com a intenção de que *A* pense (reconheça) que *U* tem a intenção referida.»<sup>33</sup> No exemplo de Stampe, pretende-se que o patrão pense que o funcionário deseja que ele pense que a mão é boa, mas não se espera que o patrão pense que é pretendido que pense que o funcionário deseja que ele pense que a mão é boa. É pretendido que o patrão pense que a sua apreensão de que o funcionário quis que ele pensasse que a mão era boa seja apenas consequência de o primeiro ser demasiado inteligente para o funcionário; o funcionário pretendia que o patrão pensasse no sorriso como um «brinde espontâneo».<sup>34</sup>

Um terceiro contra-exemplo é apresentado por Schiffer em conversa com Grice: *U* encontra-se numa sala com um homem *A*, que é avarento e orgulhoso. *U*, que quer ver-se livre de *A*, atira uma nota de cinco libras pela janela. *U* pretende que *A* pense que *U* quer que ele abandone a sala a correr atrás do dinheiro. *U* quer também que *A* pense que *U* quer que *A* saiba que ele deseja a sua saída; e *U* deseja que *A*, conhecendo as intenções de *U*, abandone a sala, não para apanhar a nota, mas devido ao facto de se sentir indesejado. Neste exemplo, são satisfeitas as condições de [4]; no entanto, não podemos afirmar que *U* quiz-dizer<sub>NN</sub> alguma coisa ao atirar a nota pela janela. Neste caso, são satisfeitas quatro condições:<sup>35</sup> *U* profere *x* (atira a nota pela janela) com a intenção de que: (a) *A* abandone a sala; (b) *A* pense, pelo menos parcialmente com base em *x*, que *U* tinha a intenção (a); (c) *A* pense que *U* teve a intenção (b); (d) na realização da intenção (a), pelo menos parte da razão de *A* para agir deve ser o seu pensamento de que *U* tinha a intenção (a).

Segundo Grice, embora *U* pretendesse que *A* saísse da sala com base no pensamento de *A* de que *U* desejava que ele saísse da sala, *U* não pretendia «que *A* reconhecesse que *U* pretendia que a saída de *A* fosse baseada nisso. Pretendia-se que *A* pensasse que o objectivo de *U* consistia em fazê-lo sair em busca da nota de cinco libras.»<sup>36</sup> nesta situação, a menos que se considere que a elocução “atirou a nota pela janela” significa<sub>NN</sub> algo, torna-se necessário adicionar uma quinta condição à análise.<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> GRICE, H. P. – “Utterer’s Meaning and Intentions”. p. 95.

<sup>34</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 95.

<sup>35</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 96.

<sup>36</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 96.

<sup>37</sup> Cf. GRICE, H. P. – *op. cit.* pp. 96-97.

[5] “*U* quer-dizer algo ao proferir *x*” é verdade se e só se *U* profere *x* com a intenção de que

- (a) *A* produza a resposta *r*;
- (b) *A* pense, pelo menos parcialmente com base em *x*, que *U* tinha a intenção (a);
- (c) *A* pense que *U* tinha a intenção (b);
- (d) a produção de *r* por *A* seja baseada (pelo menos em parte) no pensamento de *A* de que *U* tinha a intenção (a);
- (e) *A* pense que *U* tinha a intenção (d).

Esta análise possui a seguinte característica distintiva: «a “sub-intenção” *n* de *U* é especificada como uma intenção de que *A* pense que *U* tem a “sub-intenção” (*n* – 1).»<sup>38</sup> Grice afirma que a presença desta característica levou a que se pensasse que a sua análise do significado é infinitamente regressiva, ou seja, podem-se sempre encontrar novos contra-exemplos que obriguem à inclusão de uma nova “sub-intenção” do género referido. Uma solução para este problema consiste em não permitir, a partir de certo ponto, o surgimento de novas e tão complexas intenções na análise, uma vez que não é expectável que as audiências as reconheçam; e Grice suspeita que «o limite foi atingido (se não excedido) nos exemplos que instigaram a adição de uma quarta e quinta condição»<sup>39</sup>; [5] é, portanto, excessivo. A dificuldade reside em determinar um ponto específico na análise a partir do qual não seja permitida a inclusão de novas sub-intenções. Se a análise for deixada tal como está formulada em [3] ou [4], então é-se racionalmente obrigado a aceitar contra-exemplos; por outro lado, se for aceite que a formulação pode ser alterada com cada caso de “ao proferir *x*, *U* quis-dizer algo”, então atinge-se uma situação teoricamente inaceitável.

Este problema pode ser ultrapassado se não se permitir que *U* tenha um certo tipo de intenções. Os últimos contra-exemplos envolvem a construção de situações nas quais surge a seguinte intenção complexa: *U* pretende que *A* se baseie, para chegar a uma

---

<sup>38</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 97.

<sup>39</sup> GRICE, H. P. – *op. cit.* p. 99.

resposta, num certo “elemento inferencial” *E*; mas, ao mesmo tempo, *U* pretende que *A* pense que *U* pretende que *A* não se baseie em *E*.<sup>40</sup>

Torna-se necessário eliminar os potenciais contra-exemplos recorrendo a uma condição que proíba *U* de ter este tipo de intenção complexa. A análise assume então a seguinte forma:<sup>41</sup>

[6] “*U* quer-dizer algo ao proferir *x*” é verdade se e só se (para algum *A* e para algum *r*):

(1) *U* profere *x* com a intenção de que

(a) *A* produza a resposta *r*;

(b) *A* pense que *U* tinha a intenção (a);

(c) a realização de (a) por *A* seja baseada na realização de (b) por *A*;

(2) não existe nenhum elemento de inferência *E* tal que *U* profira *x* com a intenção de que

(a’) a determinação de *r* por *A* deve contar com *E*;

(b’) *A* deve pensar que “*U* tem a intenção (a’)” seja falso.

Com a inclusão da condição (2), fica eliminada da definição a possibilidade de *U* ter intenções de enganar a audiência. Em “Meaning Revisited”, Grice explica porque é que a condição (2) é essencial para uma definição do significado do locutor.<sup>42</sup> A sua explicação invoca a noção de *valor*, que para Grice é crucial para se entender a racionalidade, sendo que a racionalidade pressupõe um agente que avalia/calcula. A noção de valor integra-se na semântica através da ideia de um *estado ótimo*; para Grice, na análise do significado do locutor encontra-se sempre pelo menos de forma implícita o recurso a um estado ótimo. Aceite-se que a análise do significado tal como se encontra na definição [5] é infinitamente regressiva e obriga (racionalmente) à contínua introdução de

---

<sup>40</sup> «Potential counterexamples of the kind with which we are at present concerned all involve the construction of a situation in which *U* intends *A*, in the reflection process by which *A* is supposed to reach his response, *both* to rely on some “inference-element” (some premise or some inferential step) *E* and also to think that *U* intends *A* not to rely on *E*.» GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 99.

<sup>41</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 99-100.

<sup>42</sup> Cf. GRICE, H. P. - “Meaning Revisited” (1ª ed. de 1982). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, pp. 297-303.

novas sub-intenções do género acima referido. Os locutores, enquanto agentes racionais, vão ter intenções apropriadas ou “ótimas”, ou seja, vão necessariamente ter as intenções do género acima referido. Mas se o número de intenções é infinito, então não será (logicamente) possível que elas alguma vez se venham a realizar na totalidade. Assim, chega-se à conclusão de que a comunicação depende de um estado ótimo (logicamente) impossível de se realizar. Ora para Grice, este ponto pode mesmo ser encarado como favorável em relação à análise: esta revela que a comunicação é um ideal que não pode ser alcançado por nenhum acto particular de comunicação. Passa-se o mesmo com a ideia de usar expressões que são explicadas nos termos de *limites ideais*.<sup>43</sup> Grice dá, a este propósito, o seguinte exemplo: não existe nada perfeitamente circular no mundo sublunar; no entanto, pode-se continuar a chamar a certas coisas “circulares” se elas se aproximarem desse ideal (a circularidade). Outro exemplo seria o seguinte caso: pense-se naqueles filósofos que afirmam que, *falando rigorosamente*, só se pode afirmar que se sabe algo acerca do qual não se pode estar errado. Mesmo assim, estes filósofos podem permitir a aplicação da palavra “sabe” a casos em que esse ideal de rigor não foi alcançado. Aquilo que é necessário é que o caso em questão se *aproxime* desse ideal. Nos casos em que o locutor tem intenções de enganar a audiência, ou tem aquilo a que Grice chama “intenções sorrateiras”<sup>44</sup>, a existência dessas intenções desqualifica o acto como sendo um acto comunicativo: as intenções sorrateiras impedem o estado ótimo (num sentido “sublunar”). A condição (2) impede intenções sorrateiras e assegura que um acto particular possa qualificar-se como um acto comunicativo “sublunar”.

Outro contra-exemplo é sugerido por Searle:<sup>45</sup> durante a Segunda Guerra Mundial, um soldado americano, que não sabe falar nem alemão nem italiano, é capturado por tropas italianas; ele tenta fazer-se passar por um oficial alemão, recitando a única frase alemã que conhece: “*Kennst du das Land, wo die zitronen blühen*”, que quer dizer “Conheceis a terra onde florescem os limoeiros”. Ele pretende produzir uma certa resposta nos seus captores, nomeadamente a de que eles devem acreditar que ele é um oficial alemão, e ele pretende

---

<sup>43</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 301-302.

<sup>44</sup> «Sneaky intentions». GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 302.

<sup>45</sup> Cf. SEARLE, John R. - *Speech Acts* (1ª ed. de 1969). Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 44-45.

produzir esta resposta através do reconhecimento da parte dos oficiais alemães da sua intenção em produzi-la. Para Searle, é falso que ao proferir a frase em alemão, o soldado americano queira dizer “sou um oficial alemão”, porque aquilo que ele diz significa “Conheceis a terra onde florescem os limoeiros”. Se a elocução de *x* é a elocução de uma frase, então, segundo Searle, *U* pretende que o reconhecimento da sua intenção por *A* seja atingido através do reconhecimento de que a frase proferida costuma ser usada convencionalmente para produzir um determinado efeito.

Para Grice, esta é uma forma demasiado restritiva de avaliar as intenções de um locutor ao proferir uma frase. Grice explica:

Gostaria, se puder, de tratar [o acto de] significar algo pela elocução de uma frase como sendo apenas um caso especial de significar algo através de uma elocução (no meu sentido alargado de elocução), e [gostaria] de tratar uma correlação convencional entre uma frase e uma resposta específica como fornecendo apenas uma das maneiras pelas quais uma elocução pode ser correlacionada com uma resposta.<sup>46</sup>

No exemplo do soldado americano, Searle está a restringir o acto de “significar algo”, ou “querer-dizer algo”, à elocução de frases e ao seu significado convencional. E será que Searle tem razão ao afirmar que o americano não queria dizer “sou um oficial alemão”? Grice pede que se considere o seguinte exemplo:<sup>47</sup> o proprietário egípcio de uma loja de bugigangas para turistas em Port Said, ao ver um britânico passar em frente à sua loja, faz um sorriso e diz, em árabe, “seu porco de um inglês”. Para Grice, o egípcio quis-dizer que o turista devia entrar na loja, ou algo parecido; mas não quis-dizer isto através do significado convencional das palavras que proferiu. Da mesma forma, não é relevante afirmar que “Conheceis a terra onde florescem os limoeiros” não significa “Sou um oficial alemão”. O soldado americano podia ter querido-dizer que era um oficial alemão ao *dizer* aquilo que disse.

Grice sugere outro exemplo, para aqueles que não concordam que o egípcio quis-dizer algo quando proferiu a frase em causa.<sup>48</sup> Grice conta que, certo dia, escutava uma lição de francês leccionada à jovem filha de um amigo. Ela pensava que uma certa frase

---

<sup>46</sup> GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning and Intentions”. p. 101.

<sup>47</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 101-102.

<sup>48</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 102.

em francês significava “serve-te de uma fatia de bolo”, quando na realidade significava outra coisa qualquer. Grice, quando havia bolo nas redondezas, proferia a frase em francês para convidar a jovem rapariga a servir-se de bolo, e ela fazia isso mesmo. Grice pretendia que ela pensasse que a frase por ele proferida significava “serve-te de uma fatia de bolo”; e o facto de ele próprio saber que a frase significava outra coisa, não foi obstáculo ao facto dele ter querido-dizer “serve-te de uma fatia de bolo” quando a proferiu. Grice esclarece adicionalmente este ponto:

Caracteristicamente, um locutor pretende que uma audiência reconheça (e que pense que é pretendido que reconheça) alguma característica “crucial”  $F$ , e que pense que  $F$  (e que pense que é pretendido que pense que  $F$ ) está correlacionada de certa forma com alguma resposta que o locutor pretende que a audiência produza. Não importa, no que diz respeito à atribuição do significado do falante, se  $U$  pensa que  $F$  está *realmente* correlacionada dessa forma ou não com a resposta; embora, naturalmente, no caso normal,  $U$  vai pensar em  $F$  como estando correlacionada dessa forma [com a resposta].<sup>49</sup>

A assunção de que o reconhecimento das intenções do locutor por parte da audiência deve ser baseado no reconhecimento de uma característica distintiva na elocução proferida, permite que a análise se conforme mais com aquilo que se pretende ser um caso normal de significado<sub>NN</sub>.

Assim, após um primeiro esboço,<sup>50</sup> Grice chega a uma formulação que considera ser suficiente para explicar o significado<sub>NN</sub>:<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 102-103.

<sup>50</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 103-104.

<sup>51</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 104-105.

Variáveis:  $A$ : audiências

$f$ : características da elocução

$r$ : respostas

$c$ : modos de correlação (tais como: icónico, associativo, convencional)

[7]  $(\exists A) (\exists f) (\exists r) (\exists c)$  tal que (1)  $U$  proferiu  $x$  com a intenção de que

(a)  $A$  pense que  $x$  possui  $f$ ;

(b)  $A$  pense que  $f$  está correlacionado de modo  $c$  com o tipo ao qual  $r$  pertence;

(c)  $A$  pense, tendo como base a realização de (a) e (b), que  $U$  pretende que  $A$  produza  $r$ ;

(d)  $A$  produza  $r$ , tendo como base a realização de (c);

e (2) não existe nenhum elemento de inferência  $E$  tal que  $U$  tenha proferido  $x$  com a intenção de que

(a') a determinação de  $r$  por  $A$  deve contar com  $E$ ;

(b')  $A$  deve pensar que “ $U$  tem a intenção (a')” seja falso.

No caso da “jovem rapariga”, existe uma característica  $f$  na elocução proferida (a característica de se tratar de uma elocução de uma frase particular em francês) que faz com que  $A$  tenha as intenções (a)-(d). Para o caso do “soldado americano”, imagine-se que se acrescenta à descrição feita por Searle o facto do soldado acompanhar “*Kennst du das Land*” com certos gestos, pancadas no peito, etc. O soldado pode agora esperar ser bem sucedido em transmitir à audiência a sua intenção de que ela venha a compreender a frase em alemão e que reconheça a partir dessa frase que o americano pretende que ela pense que ele é um oficial alemão. Neste caso, estar-se-ia pouco inclinado a afirmar que o americano quis-dizer que era um oficial alemão, e estar-se-ia mais inclinado a afirmar que o americano pretendeu que os soldados pensassem que ele era um oficial alemão. Assim, tem-se não uma, mas duas características  $f$ : pretende-se que os captos reconhecem a

característica  $f_1$  (o facto de  $x$  ser uma frase em alemão acompanhada de certos gestos) e que reconheçam  $x$  como tendo a característica  $f_2$  (o facto de ser uma frase alemã *particular*).

Note-se que é uma condição da definição [7] que  $U$  pretende que  $A$  reconheça a característica  $f$ , e que  $U$  apenas pode fazer isto se ele acreditar que  $A$  fala a sua língua ou entende certos signos naturais. Assim, de um modo muito geral, esta definição capta o facto de que a base para a comunicação entre indivíduos é uma certa dose de compreensão mútua previamente existente.

A definição [7] evita muitos dos problemas das definições anteriores. A definição [1] revelou ser simplista, uma vez que ela não exige que uma audiência reconheça a intenção que se encontra por trás de uma elocução. A definição [2] evita este problema, mas mesmo assim não dá uma imagem completa do aspecto intrinsecamente comunicacional do significado<sub>NN</sub>, podendo por isso ser também ela considerada simplista. A definição [3], ao exigir que o reconhecimento da parte da audiência funcione como razão, pelo menos parcialmente, para a sua resposta, mostra que a racionalidade é fundamental para explicar o significado<sub>NN</sub>, ultrapassando assim as lacunas explicativas da teoria de Stevenson; assim, [3] está próxima de [7]. A definição [4], ao estipular que a audiência deve reconhecer as intenções do locutor devido, pelo menos parcialmente, à elocução por ele proferida, também está próxima de [7]. Já a definição [5], ao tornar a análise do significado infinitamente regressiva, mostra ser excessiva. A definição [6] evita este problema ao incluir uma condição que proíbe o locutor de ter um certo tipo de intenções complexas; o locutor está agora impedido pela definição de tentar enganar a audiência; no entanto, é ainda insuficiente, uma vez que é necessário que o reconhecimento das intenções do locutor por parte da audiência deva ser baseado no reconhecimento de uma característica na elocução proferida. A definição [7], ao incluir esta condição e aquela incluída na definição [6], evita os excessos de [5] e mostra que com algumas alterações a [3] e [4] se pode chegar a uma análise suficiente para explicar o significado<sub>NN</sub>.

Considerando que se atingiu uma formulação suficiente para explicar o significado não-natural de uma elocução, falta agora discutir a necessidade da análise básica do significado. Essa discussão será tomada no capítulo seguinte.

### 3. Será a análise básica necessária?

Neste capítulo discute-se a necessidade da análise básica do significado. Grice tenta dar resposta a dois tipos de contra-exemplo à necessidade da análise: um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos do significado do locutor em que este tem a intenção de produzir uma certa resposta mas não pretende que parte da razão para essa resposta seja a intenção do locutor em produzir essa resposta na audiência; e um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos do significado do locutor em que este não pretende produzir uma resposta numa audiência particular.

Apesar da ideia fundamental daquilo que é o significado<sub>NN</sub> ter sido captada na formulação [3], as condições (a), (b) e (c) ainda não demonstram que a análise é necessária – e vão suscitar, por parte de Grice, novas aplicações do método dialéctico. Grice volta a analisar a definição [3] (por uma questão de simplicidade, e porque os contra-exemplos que se seguem são dirigidos a [3]), e abrevia-a para “*U* profere *x* com a intenção *M* de que *A* produza *r*”.<sup>52</sup>

Originalmente, Grice supunha que a identificação *daquilo* que *U* quer-dizer por meio de *x* activaria a identificação da resposta ou efeito pretendidos *M*. Ele supunha que diferenças genéricas no tipo de resposta estariam relacionadas com diferenças genéricas no próprio âmbito daquilo que se quis-dizer. Grice supunha, por exemplo, que “*U* quer-dizer por meio de *x* que tal e tal é o caso” poderia ser explicado em linhas gerais por “*U* profere *x* com a intenção *M* de produzir em *A* a crença de que tal e tal é o caso”, e que “*U* quer-dizer por meio de *x* que *A* deve fazer tal e tal” seria explicado por “*U* profere *x* com a intenção *M* de que *A* faça tal e tal”. Grice supunha que as elocuições indicativas (ou quase indicativas) estavam relacionadas directamente com a geração de crenças, e que as elocuições imperativas (ou quase imperativas) estavam relacionadas directamente com a geração de acções.

Grice pretende corrigir esta ideia, substituindo na explicação das elocuições imperativas (ou quase imperativas) “*U* profere *x* com a intenção *M* de que *A* faça tal e tal” por “*U* profere *x* com a intenção *M* de que *A* tenha a intenção de fazer tal e tal”. Esta

---

<sup>52</sup> Cf. GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning and Intentions”. p. 105.

substituição traz a vantagem de se alcançar simetria, uma vez que a resposta pretendida *M* vai ser uma atitude proposicional tanto no caso indicativo como no caso imperativo; além disso, esta substituição acomoda o facto de que a concordância (“sim”, “certo”) no caso de “o motor parou” significa remeter para uma *crença*, e no caso de “Pára o motor” significa remeter para uma *intenção*. Para Grice, «a acção é o objectivo *final* do falante»<sup>53</sup>. Mas o caso em que o interlocutor responde de forma imediata através de uma acção é um caso especial de “formar uma intenção” – é formar a intenção com a qual o agente age. As elocuições imperativas “pedem” acções *intencionais*.

Após ter feito esta correcção, Grice vai analisar as objecções levantadas à análise básica.<sup>54</sup> As objecções à necessidade da definição [3] tentam mostrar que há casos de significado<sub>NN</sub> que não satisfazem as condições expostas até agora. Existem dois tipos de contra-exemplo à necessidade da análise: (a) um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos de significado do locutor em que o locutor tem a intenção de produzir uma certa resposta na audiência, mas não pretende que parte da razão para a resposta dada seja a intenção do locutor em produzir essa resposta. (b) um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos de significado do locutor em que o locutor não pretende produzir uma resposta numa audiência particular.

### **3.1 Casos de significado do locutor em que o locutor tem a intenção de produzir uma certa resposta na audiência, mas não pretende que parte da razão para a resposta dada seja a intenção do locutor em produzir essa resposta.**

Alguns exemplos do primeiro tipo de contra-exemplo, são:<sup>55</sup>

(1) *O examinando*:

O professor (A) pergunta: “Em que ano ocorreu a batalha de Waterloo?”

O examinando (U) responde: “1815”.

---

<sup>53</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 105.

<sup>54</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 106-115.

<sup>55</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 106-107.

Neste caso, o locutor (o examinando) quis-dizer que a Batalha de Waterloo aconteceu em 1815, mas aparentemente não teve a intenção *M* de produzir essa crença no professor. Segundo Grice, neste caso, o efeito pretendido *M* é, talvez, o de que «o examinador saiba ou pense que o examinando pensa que a Batalha de Waterloo aconteceu em 1815, ou (talvez) que o examinador saiba se o examinando sabe ou não a resposta correcta à questão.»<sup>56</sup>

(2) *A confissão:*

A mãe (A) pergunta: “Não te serve de nada mentir: partiste a janela, não foi?”

A criança (U) responde: “Sim, parti”.

Aqui, a criança sabe que a sua mãe já sabe que a criança partiu a janela; a mãe quer que a criança confesse. O efeito pretendido *M* é o de que a mãe pense que a criança está disposta a dizer que partiu a janela ou que a mãe pense que a criança está disposta a não fingir que não partiu a janela.

(3) *Recordar:*

A: “Deixa-me ver, qual era o nome daquela rapariga?”

U: “Rosa” (ou mostra uma rosa).

Neste caso, o autor da pergunta já crê, num sentido disposicional, que o nome da rapariga é Rosa; ele apenas teve um lapso momentâneo. O efeito pretendido *M* parece ser o de que o autor da pergunta deve ter em mente que o nome da rapariga é Rosa.

(4) *Revisão de factos:* situação conversacional na qual tanto o locutor como o interlocutor supostamente já crêem que *p*. o efeito pretendido *M* parece ser o de que A (e talvez U) tenha em mente “os factos”.

---

<sup>56</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 106.

(5) *Conclusão de argumento*:  $p$ ,  $q$ , logo  $r$  (a partir de premissas já afirmadas).  $U$  pretende que  $A$  pense que  $r$ , mas tendo como base as premissas e não a intenção de  $U$ .

(6) *O homem com espírito de contradição (the countersuggestible man)*.  $U$  sabe que  $A$  considera que as opiniões de  $U$  estão sempre erradas (pelo menos em certas áreas).  $U$  afirma “A minha mãe tem uma ótima opinião a teu respeito” com a intenção de que  $A$  pense que a mãe de  $U$  tem uma péssima opinião de  $A$ . Neste caso, apesar de  $U$  pretender que  $A$  pense que a mãe de  $U$  tem uma péssima opinião dele, aquilo que  $U$  quis-dizer foi que a mãe de  $U$  tem uma ótima opinião a respeito de  $A$ .

Segundo Grice, estes exemplos levantam dois tipos de dificuldade.<sup>57</sup> Em primeiro lugar é difícil supor que o modo indicativo esteja convencionalmente vinculado a indicar que o locutor tem a intenção  $M$  de induzir uma certa crença na audiência, se houver ocorrências normais do modo indicativo nas quais o locutor não tem a intenção  $M$  de induzir uma crença; no entanto, parece igualmente difícil supor que a função do modo indicativo não está de algum modo relacionada com a indução de alguma crença. De forma análoga, associa-se convencionalmente o modo imperativo aos casos em que o locutor tem a intenção de levar a sua audiência a agir de uma certa maneira.

Pode-se evitar esta dificuldade ao distinguir as questões acerca do significado de uma frase indicativa das questões acerca do significado do locutor. Relativamente ao significado de uma frase indicativa, pode-se afirmar que ela significa convencionalmente uma intenção da parte do locutor em induzir uma crença numa dada audiência, mas pode dar-se o caso de não haver uma coincidência entre o significado do locutor e o significado da frase por ele proferida. Apesar do significado convencional das frases indicativas estar relacionado com uma intenção de induzir uma crença, em certos casos, como aqueles de (1) a (6), o locutor tem uma intenção que não esta. É-se tentado a afirmar que

[...] *qualquer* dispositivo, cuja função primária (padrão) seja a de indicar a intenção do falante em induzir uma crença que  $p$ , *poderia*, em circunstâncias apropriadas, ser fácil e inteligentemente

---

<sup>57</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 107-109.

empregue para fins relacionados – por exemplo (como no exemplo do “examinando”), para indicar que o *falante* crê que *p*.<sup>58</sup>

Surgiria agora o problema de ter-se que encarar os contra-exemplos (1) a (6) como adaptações de um dispositivo, neste caso a frase indicativa, cuja função mais elementar é a indicação de uma intenção de induzir uma crença numa dada audiência. Mas Grice recusa, na medida do possível, tratar os contra-exemplos (1) a (6) como adaptações da frase indicativa.

Em segundo lugar, tal como é requerido pela solução sugerida para a dificuldade anterior, mesmo que se possa preservar a ideia de que a forma indicativa está vinculada convencionalmente à indicação de uma intenção de um locutor em induzir uma crença, ter-se-ia que aceitar que o significado do locutor seria diferente para diferentes ocorrências da mesma frase indicativa. Mas para Grice não é plausível afirmar que se *U* diz “A Batalha de Waterloo aconteceu em 1815” (a) sendo um professor, (b) sendo um examinando, ou (c) como um professor numa aula de revisão, *U* teria querido dizer algo diferente ao proferir esta frase em cada uma das três ocasiões. Não parece correcto, por exemplo, afirmar que quando o examinando disse “A Batalha de Waterloo aconteceu em 1815” ele quis dizer que *pensava* que a Batalha de Waterloo aconteceu em 1815.

Uma forma possível de tratar alguns dos exemplos acima expostos, como (3) *recordar* e (4) *revisão de factos*, seria partir do princípio de que o efeito pretendido *M* não é «apenas uma crença, mas sim uma “crença activada” (de que *A* deveria estar num estado de crença de que *p* e ter em mente que *p*)». <sup>59</sup> *A* pode não ter a crença activada de que *p* se (a) *A* não acreditar que *p* nem tiver em mente que *p*, (b) *A* acreditar que *p* mas não tiver em mente que *p*, (c) *A* não acreditar que *p*, mas tiver em mente que *p*. Desta forma, *U*, ao recordar ou ao informar, pretenderia sempre a mesma resposta final da parte de *A*, mas com a intenção de colmatar diferentes deficiências em cada um dos casos. Mas isto levaria a uma nova dificuldade: se *U* diz (com a intenção de lembrar *A*) “A Batalha de Waterloo aconteceu em 1815”, são satisfeitas as seguintes condições: (1) *U* pretende induzir em *A* a crença activada de que a Batalha de Waterloo aconteceu em 1815; (2) *U* pretende que *A*

---

<sup>58</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 108.

<sup>59</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 109.

reconheça que (1). Mas se esta data foi apenas lembrada a *A*, *U* não pode pretender que a crença activada de *A* seja produzida através do reconhecimento por parte de *A* de que *U* tem a intenção de produzi-la; a menção da data induzirá a crença activada em *A* independentemente da intenção da parte de *U* em produzi-la.

Isto levaria a que se abandonasse, na definição [3], a exigência do reconhecimento de que *U* deveria pretender que a produção de uma resposta da parte de *A* seja baseada no reconhecimento da parte de *A* da intenção de *U* de que *A* deveria produzir essa resposta, mantendo-se apenas as condições (1) e (2); mas há casos em que não se pode dar esse abandono: quando Herodes mostra a Salomé a cabeça de João Baptista, não se pode afirmar que ele quis dizer que João Baptista estava morto. Outro caso seria o seguinte: em resposta a um convite para jogar squash da parte de *A*, *U* exhibe uma perna enfaixada:

*A*: “Vamos jogar squash.”

*U*: Exibe a sua perna enfaixada.

Neste caso, *U* poderia querer dizer (1) que não pode jogar squash, ou, de forma mais duvidosa, (2) que a perna está lesionada (as ligaduras podem ser falsas), mas nunca (3) que a sua perna está enfaixada. Logo, A condição (c) da análise deve ser mantida de forma a evitar casos deste género.

Podem-se tentar algumas soluções. Uma primeira solução seria manter a ideia de que o efeito pretendido *M* para casos de significado de uma frase indicativa é uma crença activada, se for feita a distinção entre a obtenção deste estado a partir de um défice de garantia (assurance-deficiency) e a obtenção deste estado a partir de um défice de atenção (attention-deficiency), estipulando que a condição (c) da análise só funciona quando *U* pretende induzir um crença activada através da eliminação do défice de garantia.<sup>60</sup> Esta ideia poderá também ser aplicada a casos do tipo imperativo onde se pretenda a *activação* de uma intenção, i. e. se *U* lembra a *A* que este tem de fazer algo, a intenção activada de *A* não será dependente do seu reconhecimento de que *U* pretende que *A* a active. Ter-se-ia então a seguinte definição, em que  $*_{\psi}$  é um marcador de humor (mood marker), um

---

<sup>60</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 110.

«auxiliar correlacionado com a atitude proposicional  $\psi$  a partir de um dado intervalo de atitudes proposicionais»:<sup>61</sup>

“ $U$  quer-dizer  $*_{\psi}p$  ao proferir  $x$ ” = “ $U$  profere  $x$  com a intenção de que

(a)  $A$  activamente  $\psi$  de que  $p$ ;

(b)  $A$  reconheça que  $U$  tem a intenção (a);

(c)  $A$  realize (a) tendo como base a realização de (b) (a menos que  $U$  pretenda que a elocução de  $x$  meramente corrija o défice de atenção).

No entanto, esta modificação da definição não soluciona os problemas levantados pelos exemplos do “examinando”, da “confissão”, nem do “homem com espírito de contradição”.

Outra solução possível teria em atenção os seguintes dados: quando  $U$  pretende gerar em  $A$  a crença de que  $p$ , considera-se usualmente que  $A$  deveria pensar que  $U$  pensa que  $p$ , pois de outro modo  $A$  não creria que  $p$ . Sendo assim, o efeito pretendido *directo* não seria o de que  $A$  pensasse que  $p$ , mas sim o de que  $A$  pensasse que  $U$  pensa que  $p$ . Mas esta ideia deve também ser recusada, uma vez que  $A$  deve poder pensar que  $p$ , claro, mas isso deve ser concebido como um efeito *indirecto* (o qual é muitas vezes o interesse primordial de  $U$ ). A ideia recusada é a ideia de que um efeito *directo* (pretendido por  $U$ ) seria  $A$  pensar que  $U$  pensa que  $p$ . Mesmo nos casos meramente informativos o efeito *indirecto* (que é o efeito primordial, último) é o de que  $A$  faça qualquer coisa (pense que  $p$ ), e não é o de que  $A$  simplesmente entre na cabeça de  $U$  (pense que  $U$  pensa que  $p$ ). Pode-se afirmar o seguinte: o objectivo crucial (último/fundamental) da comunicação é fazer algo – ou fazer alguém fazer (pensar) algo – e não expressarmo-nos a nós próprios ou fazer com que nós próprios sejamos compreendidos.

E assim volta a ser reivindicada a condição (c), uma vez que mesmo nos casos de “recordar” pode ser expectável que  $A$  pense que a intenção de  $U$  de que  $A$  pense que  $U$  pensa que  $p$  seja relevante para a questão se  $A$  pensa que  $U$  pensa que  $p$ . Assim, foram resolvidos os exemplos de “recordar”, o “examinando” e o “homem com espírito de

---

<sup>61</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 110.

contradição” (em que *U* pretende que ele pense que *U* pensa que *p*, mas não pretende que ele pense que *p*). E embora o exemplo da “revisão de factos” ainda não esteja resolvido (uma vez que se pode pensar que *A* já sabe que *U* pensa que *p*), se entendermos “*U* crê que *p*” como “*U* tem a crença activada de que *p*”, este exemplo também pode ser integrado. Embora seja suposto que *A* saiba que *U* crê que *p*, *A* não sabe, até ao momento em que *U* fala, que *U* tem em mente que *p*.

Mas Grice afirma ainda que uma solução deste género aparentemente só é eficaz para casos do tipo indicativo. Uma solução deste género não é aplicável a todos os casos do tipo não-indicativo. Contraste-se (a) “Tu não deves atravessar a barreira” com (b) “Não atravesasses a barreira”. Quando *U* profere (a), *U* pretende (caracteristicamente) que *A* pense que *U* pretende que *A* não deve atravessar a barreira. Quando *U* profere (b), *U* pretende que *A* pense que *U* pretende que *A* não deve atravessar a barreira, mas *U* pretende também que *A* forme a intenção de não atravessar a barreira.

Grice propõe então a seguinte distinção:<sup>62</sup>

(i) Elocuções “puramente representativas” são elocuições pelo meio das quais o locutor *U* pretende transmitir uma crença de que ele (*U*) tem uma certa atitude proposicional.

(ii) Elocuções protrépticas são elocuições pelo meio das quais *U* pretende, através da transmissão da crença de que ele (*U*) tem uma certa atitude proposicional, induzir uma atitude correspondente no interlocutor.

Após um primeiro esboço,<sup>63</sup> Grice chega a uma formulação que mostra a necessidade da sua explicação do significado<sub>NN</sub>:

---

<sup>62</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 111.

<sup>63</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 111-112.

[8]  $(\exists A) (\exists f) (\exists r) (\exists c)$  tal que (1)  $U$  proferiu  $x$  com a intenção de que

(a)  $A$  pense que  $x$  possui  $f$ ;

(b)  $A$  pense que  $f$  está correlacionado de modo  $c$  com o tipo ao qual  $r$  pertence;

(c)  $A$  pense, tendo como base a realização de (a) e (b), que  $U$  pretende que  $A$  produza  $r$ ;

(d)  $A$  produza  $r$ , tendo como base a realização de (c);

(e) tendo como base a realização de (d),  $A$  ele mesmo  $\psi$  que  $p$  (himself to  $\psi$  that  $p$ );

e (2) não existe nenhum elemento de inferência  $E$  tal que  $U$  tenha proferido  $x$  com a intenção de que

(a') a determinação de  $\psi$  que  $p$  ( $\psi$ -ing that  $p$ ) por  $A$  deve contar com  $E$ ;

(b')  $A$  deve pensar que “ $U$  tem a intenção (a')” seja falso.

A adequação da definição [8] depende da perspectiva que se tome em relação a uma versão imperativa do exemplo do “homem com espírito de contradição”: o Sr. A, desejando ver-se livre imediatamente da presença da Sra. A, mas crendo que ela tem espírito de contradição, diz-lhe “Querida, faz-me companhia por algum tempo”. Se o Sr. A, que claramente não quer que a Sra. A lhe faça companhia, quis-dizer pela sua observação que ela deveria fazer-lhe companhia, então a definição [8] é inadequada, uma vez que, de acordo com esta, o Sr. A, para ter querido-dizer que a Sra. A lhe devia fazer companhia, teria que pretender que ela formasse a intenção de lhe fazer companhia, intenção essa que a Sra. A não tinha. Neste caso, poder-se-ia corrigir a definição [8] alterando a sub-condição (1) (e) para “ $A$ , tendo como base a realização de (d), *pense que  $U$  pretende que  $A$   $\psi$  que  $p$  ( $A$  to  $\psi$  that  $p$ )*”. Se, no entanto, o Sr. A não quis-dizer pela sua observação que a Sra. A lhe deve fazer companhia, então a definição (8) mantém-se tal como está.

### **3.2 Casos de significado do locutor em que o locutor não pretende produzir uma resposta numa audiência particular.**

Considere-se agora o segundo tipo de contra-exemplo, aquele que tenta mostrar que há casos de significado do locutor em que o locutor não pretende produzir uma resposta numa audiência particular. Alguns exemplos de significado do locutor em que este não pretende produzir uma resposta numa audiência particular são:<sup>64</sup>

- (1) Uma tabuleta com as palavras: “Propriedade Privada, Não Entrar”.
- (2) Registos num diário.
- (3) Fazer anotações para resolver um problema.
- (4) Solilóquios.
- (5) Ensaiai uma das partes numa conversa imaginada.
- (6) Pensamento silencioso.

Nem todos estes exemplos são abrangidos pela definição [8]. Os exemplos abrangidos pela definição [8] inserem-se em três grupos:<sup>65</sup>

(a) Elocuções para as quais o locutor pensa que pode haver (agora ou mais tarde) uma audiência. *U* pode pensar que uma pessoa em particular (por exemplo, no caso de registos num diário, ele próprio numa data futura) pode (ou não) encontrar a elocução de *U*; ou *U* pode pensar que pode (ou não) haver alguma pessoa que é (ou vai ser) um ouvinte da sua elocução.

(b) Elocuções que o locutor não dirige a nenhuma audiência efectiva, mas que simula dirigir a uma pessoa ou tipo de pessoa, ou a uma audiência imaginária ou tipo de audiência, como acontece nos casos em que o locutor ensaia um discurso ou imagina uma conversa na qual toma parte.

(c) Elocuções (incluindo elocuções “internas”) em que o locutor não se imagina a falar para uma audiência, mas no entanto pretende que a elocução seja capaz de induzir um

---

<sup>64</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 112-113.

<sup>65</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 113.

certo tipo de resposta num certo tipo indefinido de audiência caso tal audiência estivesse presente. No caso do locutor pensar silenciosamente, é necessário interpretar a ideia de uma audiência para o seu discurso interno de forma liberal, como sendo a ideia de que há uma audiência para uma contrapartida pública do discurso interno do locutor. Neste sentido, alguns casos de pensamento verbal não fazem parte do âmbito explicativo da teoria de Grice: «Quando pensamentos verbais meramente passam pela minha cabeça e não são “enquadrados” por mim, é inapropriado dizer-se que quis-dizer algo com eles; sou, talvez, em tais casos, mais um ouvinte do que um falante».<sup>66</sup>

Grice propõe uma redefinição final que explique os exemplos ainda por explicar, e que admita como casos especiais o domínio de exemplos nos quais existe uma audiência efectiva. Para isso invoca os seguintes dispositivos: “ $\phi$ ” e “ $\phi'$ ” incluem propriedades de pessoas (audiências possíveis); substitutos de “ $\phi$ ” e “ $\phi'$ ” incluem expressões como “é um transeunte”, “é um transeunte que vê este aviso”, “é um falante nativo do inglês” e “é idêntico a Jones”. Tem-se assim a seguinte definição do significado do locutor:<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 113.

<sup>67</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 114-115.

[9] “ $U$  quer-dizer  $*_{\psi}p$  ao proferir  $x$ ” é verdade se e só se

$(\exists \phi) (\exists f) (\exists c)$ :

I.  $U$  profere  $x$  com a intenção de que  $x$  seja de tal maneira que quem quer que seja que tenha  $\phi$  pense que

(a)  $x$  tem  $f$

(b)  $f$  está correlacionado da maneira  $c$  com (o acto de)  $\psi$  que  $p$  ( $\psi$ -ing that  $p$ )

(c)  $(\exists \phi')$  tal que  $U$  pretende que  $x$  seja de tal maneira que quem quer que seja que tenha  $\phi'$  pensa, pensando (1) e (2), que  $U$   $\psi$  que  $p$ ;

(d) face a (3),  $U$   $\psi$  que  $p$ ;

II. (apenas para certos substituintes de “ $*_{\psi}$ ”)

$U$  profere  $x$  com a intenção de que, *havendo de facto* alguém que tenha  $\phi$ ,  $U$ , ao pensar (d),  $\psi$  que  $p$ ;

III. Não é o caso que, para algum elemento de inferência  $E$ ,  $U$  pretende que  $x$  seja tal que quem quer que seja que tenha  $\phi$  vai ter que

(a $\hat{}$ ) contar com  $E$  para vir a  $\psi^+$  que  $p$

(b $\hat{}$ ) pensar que  $(\exists \phi')$  tal que  $U$  pretende que  $x$  seja de tal maneira que quem quer que seja que tenha  $\phi'$  venha a  $\psi^+$  que  $p$  *sem* contar com  $E$ .

É necessário ter em consideração que “ $\psi^+$ ” deve ser lido como “ $\psi$ ” se a condição (II) estiver operativa, e deve ser lido como “pensar que  $U$   $\psi$ ” (think that  $U$   $\psi$ 's) se a condição (II) não estiver operativa. E é também necessário usar tanto “ $\phi$ ” como “ $\phi'$ ”, uma vez que não se deseja exigir que  $U$  pretenda que a sua audiência possível pense na audiência possível de  $U$  sob a mesma descrição pensada por  $U$ .

Grice faz ainda os seguintes comentários explicativos:<sup>68</sup> o primeiro comentário é o de que a intenção que ocorre na condição (II) deve ser especificada como a intenção de que

---

<sup>68</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 115-116.

$U$  profere  $x$  “com a intenção de que, *havendo de facto* alguém que tenha  $\phi$ ,  $U$ , ao pensar (4),  $\psi$  que  $p$ ”, e não como a intenção de que  $U$  profere  $x$  “com a intenção de que  $x$  seja de tal maneira que quem quer que seja que tenha  $\phi$  pense que...”. Se for adoptada esta última especificação, a definição torna-se vulnerável ao seguinte contra-exemplo: Suponha-se que, enfurecido por ter passado uma tarde com a minha sogra, quando já estou sozinho após a sua partida, acalmo os meus sentimentos dizendo, alto e apaixonadamente, “Nunca mais te aproximes de mim”. É essencial para o efeito de acalmar os sentimentos que eu fale com a intenção de que a minha observação seja de tal maneira que, se a minha sogra estivesse presente, ela formaria a intenção de nunca mais se aproximar de mim. No entanto, não se segue desta intenção da minha parte que eu tenha *querido-dizer* que ela nunca mais se deve aproximar de mim. A definição [9] evita esta dificuldade.

O segundo comentário explicativo que Grice faz começa por supor que, de acordo com [9],  $(\exists \phi)$  tal que  $U$  pretende que  $x$  seja de tal maneira que quem quer que seja que tenha  $\phi$  pensa..., e suponha-se que o valor de “ $\phi$ ” que  $U$  tem em mente é a propriedade de ser idêntico com uma pessoa particular  $A$ . Segue-se então que  $U$  pretende que  $A$  pense...; e dada a condição ulterior de que  $U$  pretende que  $A$  pense que  $A$  é a audiência pretendida, então é assegurada a verdade de uma afirmação da qual a definição [8] seja dedutível pela regra da generalização existencial. Além disso, pode ser mostrado que, para qualquer caso no qual exista uma audiência efectiva que saiba que é a audiência pretendida, se a definição [8] é verdadeira, então a definição [9] é verdadeira. Sendo assim, dado que a definição [9] é verdadeira, para qualquer caso normal no qual exista uma audiência efectiva, a realização de [8] é uma condição necessária e suficiente para que  $U$  tenha querido-dizer que  $*_{\psi}p$ .

Após ter procurado fornecer condições necessárias e suficientes para a sua análise do significado do locutor, Grice vai tentar relacionar o significado do locutor com o significado de palavras.

#### 4. Significado de palavras e significado do locutor.

Neste capítulo discute-se a relação entre o significado das palavras e o significado do locutor. Grice tem como objectivo realçar a ligação entre (a) o conceito de significado<sub>NN</sub> que ocorre na análise básica, e (b) os conceitos de significado que estão envolvidos ao dizer-se (i) que uma dada frase significa “tal e tal”, e (ii) que uma dada palavra ou expressão significa “tal e tal”. Esta iniciativa faz parte de um programa mais amplo, decorrente de um desejo da parte de Grice em fazer uma

[...] distinção entre aquilo que o falante *disse* (num certo sentido favorecido, e talvez em certo grau artificial, de “disse”), e aquilo que *implicou* (e.g. tornou implícito, indicou, sugeriu), tendo em conta o facto de que aquilo que implicou tanto pode ser implicado convencionalmente (implicado em virtude do significado de alguma palavra ou expressão que ele tenha usado) ou implicado não-convencionalmente (caso no qual a especificação da implicatura está fora da especificação do significado convencional das palavras usadas).<sup>69</sup>

Este programa está direccionado para uma explicação do sentido (favorecido por Grice) de “dizer” e para uma clarificação da sua relação com a noção de significado convencional, e tem seis estádios:<sup>70</sup>

(I) Distinguir elocuições com a forma “*U* quer-dizer *que...*” (que especificam o “significado ocasional”) das locuções com a forma “*x* (elocução-tipo) significa ‘...’”.

(II) Dar uma definição para afirmações de significado ocasional (“ao proferir *x*, *U* quer-dizer que *\*p*”). (a) Grice usa os termos “proferir” e “elocução” num sentido artificialmente alargado, que cobre toda a produção de *x* por *U* com o intuito de querer dizer algo; a produção de *x* não precisa de ser um desempenho linguístico ou convencional. (b) “\*” é um sinal que funciona como indicador de humor (mood-indicator) e que tanto pode ser substituído por um indicador de humor assertivo (“†”) como por um indicador de humor imperativo (“!”). “Jones quer-dizer que *\*p*” pode ser transformada numa frase completa em português se: (i) “\*” for substituído pelo indicador de humor específico e “*p*” por uma frase indicativa (“Jones quer-dizer que † Smith vai para casa” ou “Jones quer-

<sup>69</sup> GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning” (1ª ed. de 1968). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, p. 118. A noção de implicatura (*implicature*) será tratada em pormenor no capítulo 5.

<sup>70</sup>Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 118-122.

dizer que ! Smith vai para casa”); (ii) de seguida for substituída a sequência da frase após a palavra “que” por uma «cláusula apropriada no discurso indirecto (de acordo com as regras especificadas numa teoria linguística)»<sup>71</sup>, como em “Jones quer-dizer que Smith vai para casa” e “Jones quer-dizer que Smith está para ir para casa”.

(III) Tentar elucidar a noção de significado convencional de uma elocução-tipo, i. e. frases com a forma “ $x$  (elocução-tipo) significa “\* $p$ ””, ou, se  $x$  for uma elocução-tipo não frásica, com a forma “ $x$  significa ‘...’”, na qual «a locução é completada por uma expressão não-frásica»<sup>72</sup>. (a) Às afirmações do tipo “ $x$  significa ‘...’” Grice dá o nome de afirmações de *significado intemporal* (timeless meaning); elas podem ser divididas em (i) afirmações de “significado idioléctico” intemporal, tais como “Para  $U$  (no idiolecto de  $U$ )  $x$  significa ‘...’”, e (ii) afirmações de “significado linguístico” intemporal, tais como “Em  $L$  (língua)  $x$  significa ‘...’”. (b) “ $x$  significa ‘...’” pode ser interpretado como “Um dos significados de  $x$  é ‘...’”, i.e. uma elocução-tipo pode ter mais do que um significado convencional.

(IV) Tendo em consideração a possibilidade de existirem múltiplos significados intemporais de uma elocução-tipo, torna-se necessária uma explicação daquilo a que Grice chama o *significado intemporal aplicado* de uma elocução-tipo, i.e. é necessário um «definiens para o esquema “ $x$  (elocução-tipo) significa *aqui* ‘...’”, um esquema cujas especificações anunciam a leitura correcta de  $x$  para uma dada ocasião de elocução»<sup>73</sup>.

Grice faz os seguintes comentários a (IV): (a) Deve-se distinguir o significado intemporal aplicado do tipo  $x$  que diz respeito a um espécime  $x$  do significado ocasional da elocução de  $x$  por  $U$ . (i) “Quando  $U$  proferiu a frase ‘Palmer deu uma completa sova a Nicklaus’, esta significou ‘Palmer derrotou Nicklaus com alguma facilidade’ (em vez de, por exemplo, ‘Palmer aplicou uma punição corporal vigorosa a Nicklaus)’”; isto é diferente de (ii) “Quando  $U$  proferiu a frase ‘Palmer deu uma completa sova a Nicklaus’,  $U$  quis-dizer que Palmer derrotou Nicklaus com alguma facilidade”. Se  $U$  estivesse a ser irónico, ele teria querido-dizer que Nicklaus derrotou Palmer com alguma facilidade; nesse caso (ii) seria falso, mas (i) ter-se-ia mantido verdadeiro.

---

<sup>71</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 119.

<sup>72</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 119.

<sup>73</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 119.

(b) Há uma tendência para se tomar a conjunção de (i) “Ao proferir  $x$ ,  $U$  quis-dizer que  $*p$ ” e (ii) “Ao ser proferida por  $U$ ,  $x$  significou  $*p$ ” como uma definição de “Ao proferir  $x$ ,  $U$  disse que  $*p$ ”. Se tivermos em consideração apenas as elocuições-tipo para as quais existem afirmações de significado intemporal com a forma “ $x$  significa  $*p$ ”, ou afirmações de significado intemporal aplicado com a forma “ $x$  significa aqui  $*p$ ”, então parece possível defender-se a tese de que «a coincidência do significado ocasional e do significado intemporal aplicado é uma condição necessária e suficiente para dizer-se que  $*p$ ». <sup>74</sup> No entanto, existem afirmações de significado intemporal que instanciam formas diferentes de “ $x$  significou  $*p$ ”. Considere-se a frase ( $S_1$ ) “Bill é um filósofo, e ele é, portanto, corajoso”. Pode-se fazer uma especificação parcial do significado intemporal de  $S_1$  com “Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos”; e pode-se fazer uma especificação completa do significado intemporal de  $S_1$  com “Um dos significados de  $S_1$  inclui ‘Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’ e ‘Bill é corajoso’ e ‘O facto de Bill ser corajoso decorre do facto dele estar envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’ e isso é tudo o que está incluído”. Grice sugere ainda que se pode expressar isto como “Um dos significados de  $S_1$  *abrange* ‘Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’ e ‘Bill é corajoso’ e ‘O facto de Bill ser corajoso decorre do facto dele estar envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’”. Esta forma de especificar o significado intemporal de  $S_1$  é preferível à seguinte: “Um dos significados de  $S_1$  é ‘Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos e Bill é corajoso e o facto de Bill ser corajoso decorre do facto de ele estar envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’”, uma vez que esta formulação sugere no mínimo que  $S_1$  é sinónima de “Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos e Bill é corajoso e o facto de Bill ser corajoso decorre do facto dele estar envolvido profissionalmente em estudos filosóficos”, o que, para Grice, não parece ser o caso.

Como  $S_1$  pode também significar, por exemplo, “Bill é viciado em reflexões gerais sobre a vida” *em vez* de “Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos”, então, caso se queira atribuir a  $S_1$  este último significado, pode-se dizer, de forma

---

<sup>74</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 120.

verdadeira, acerca de uma dada elocução de S1 por *U* que “O significado de S1 *aqui* abrange ‘Bill está envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’ e ‘Bill é corajoso’ e ‘O facto de Bill ser corajoso decorre do facto dele estar envolvido profissionalmente em estudos filosóficos’”. Grice recusa que ao proferir-se S1 se tenha “dito” que o facto de Bill ser corajoso decorra do facto dele ser um filósofo, embora se tenha “dito” que Bill é corajoso e Bill é um filósofo. Para Grice, a «função semântica da palavra ‘portanto’ é permitir a um falante *indicar*, mas não *dizer*, que uma certa consequência se mantém»<sup>75</sup>; isto aplica-se também a palavras e expressões como “mas” e “além disso”. Ao dar-se este sentido à palavra “dizer” estar-se-ia a dar um sentido com mais utilidade teórica do que outros. Sendo assim, Grice afirma:

Vou estar comprometido com a perspectiva de que o significado intemporal aplicado e o significado ocasional podem coincidir, o que é o mesmo que dizer que tanto pode ser verdade (i) que quando *U* proferiu *x*, o significado de *x* inclui “\**p*” como (ii) que parte daquilo que *U* quis dizer quando proferiu *x* era que \**p*, e no entanto pode ser falso que *U* tenha dito, entre outras coisas, que \**p*. Gostaria de usar a expressão “quer-dizer [significa] convencionalmente que” de maneira a que a realização das duas condições mencionadas, embora sendo insuficiente para a verdade de “*U* diz que \**p*” será suficiente (e necessária) para a verdade de “*U* quer-dizer convencionalmente que \**p*”.<sup>76</sup>

(V) A distinção entre o aquilo que é dito e aquilo que se quer-dizer convencionalmente cria a tarefa de se especificar as condições pelas quais aquilo que *U* quis-dizer convencionalmente por meio de uma elocução também faz parte daquilo que *U* disse. Grice espera conseguir isto ao tentar: (1) especificar condições que serão satisfeitas apenas por uma série limitada de actos de fala, cujos membros serão assim caracterizados como sendo fundamentais ou centrais; (2) estipular que ao proferir *x*, *U* terá dito que \**p*, se (i) *U* *Y*-actuou que \**p* (*U* has *Y*-ed that \**p*), sendo que *Y*-actuar é um acto de fala central, e (ii) *x* encarna um dispositivo convencional cujo significado é tal que a sua presença em *x* indica que o seu locutor está a *Y*-actuar que \**p*; (3) definir, para cada membro *Y* da série de actos de fala centrais, “*U* *Y*-actua que \**p*” nos termos do significado ocasional ou nos termos de alguns elementos importantes que já fazem parte da definição de significado ocasional.

---

<sup>75</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 121.

<sup>76</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 121.

(VI) A realização da tarefa delineada em (V) necessita de ser completada por uma explicação dos elementos presentes no significado convencional de uma elocução que *não* fazem parte daquilo que foi dito. Esta explicação pode tomar a seguinte forma: (1) os elementos problemáticos estão relacionados com certos actos de fala que são representados como sendo posteriores a algum membro ou disjunção de membros da série central; por exemplo, o significado de “além disso” estaria relacionado com o acto de fala de adicionar, cuja execução necessitaria da execução de um acto de fala central. (2) Se *Z-actuar* (*Z-ing*) é um acto de fala não-central, a dependência de *Z-actuar* que *\*p* sobre a execução de um acto de fala central teria que ser mostrada como tendo uma natureza que justifique a relutância em tratar *Z-actuar* que *\*p* não só como um caso de dizer que *\*p*, mas também como um caso de dizer que *#p*, ou dizer que *#\*p* (“*#p*” ou “*#\*p*” é uma representação de uma ou mais formas frásicas associadas especificamente com o acto de fala de adicionar). (3) A noção de *Z-actuar* que *\*p* (*Z-actuar* é não-central) seria explicada nos termos da noção de *significar que* (ou *querer-dizer que*).

De seguida, Grice vai tentar resolver (directamente) os problemas apresentados nos estádios II-IV do programa.<sup>77</sup>

#### 4.1 Significado ocasional

Para tratar do estágio II, Grice desenvolve uma explicação simplificada da noção de significado ocasional. Grice reformula a definição [3] do significado<sub>NN</sub> para “Para alguma audiência *A*, *U* pretende que a sua elocução de *x* produza em *A* algum efeito (resposta) *E*, através do reconhecimento dessa intenção por *A*”. Para continuar a usar a ideia central desta definição, Grice abrevia “*U* pretende produzir em *A* o efeito *E* através do reconhecimento dessa intenção por *A*” para “*U* tem a intenção *M* de produzir em *A* o efeito *E*”.

---

<sup>77</sup> O estágio I, nomeadamente naquilo que respeita a elocuições com a forma “*U* quer-dizer que...”, pode-se considerar que tem vindo a ser tratado por Grice. Assim, o que está agora em causa é aquilo que respeita a elocuições com a forma “*x* (elocução-tipo) significa ‘...’”. Os estádios V e VI não vão ser resolvidos por Grice exactamente da maneira como ele previra no seu programa. No entanto, como explicarei no final deste capítulo, eles são tratados (indirectamente) na sua teoria da conversação.

Em “Meaning”, Grice defendeu a perspectiva de que de que o efeito *M* pretendido (a resposta pretendida) seria, para as elocuições do tipo indicativo, o de que o interlocutor acreditasse em algo (*crença*), e, para as elocuições do tipo imperativo, o de que o interlocutor fizesse algo (*acção*). Grice faz duas modificações a esta análise:<sup>78</sup> (1) Grice passa a representar o efeito pretendido *M* das elocuições do tipo imperativo como sendo o de que «o interlocutor deve *pretender* [ter a intenção de] fazer algo (com a intenção ulterior da parte do locutor de que o interlocutor venha a fazer o acto em questão)». <sup>79</sup> O efeito desta modificação é uma simplificação do efeito pretendido *M*, que passa a ser em todos os casos a geração de uma atitude proposicional. (2) Grice passa a representar o efeito pretendido *M* das elocuições do tipo indicativo como sendo o de que o interlocutor deve *pensar que o locutor crê* em algo, e não o de que o interlocutor creia em algo (embora possa haver uma intenção ulterior com este fim). O efeito desta modificação será o de introduzir uma distinção entre elocuições *representativas* (exhibitive utterances) e elocuições *protrépticas* (protreptic utterances). As elocuições representativas são elocuições pelas quais o locutor *U* tem a intenção *M* de transmitir uma crença de que ele tem uma certa atitude proposicional; as elocuições protrépticas são elocuições pelas quais *U* tem a intenção *M* de, através da transmissão de uma crença de que ele tem uma certa atitude proposicional, induzir uma certa atitude no interlocutor.

Grice vai tentar reformular a explicação da noção de significado ocasional; cria, com esse fim, o seguinte dispositivo:

Deixe-se *A* abranger audiências ou interlocutores. Deixe-se o dispositivo “\* $\psi$ ” (ler “asterisco sub  $\psi$ ”) ser um sinal que representa um indicador de humor específico que corresponde à atitude proposicional “fazer  $\psi$ ” [ $\psi$ -ing] (qualquer que ela seja), como, por exemplo, “ $\vdash$ ” corresponde a “crer” (pensar que) e “!” corresponde a “pretender” [ter a intenção de].<sup>80</sup>

Recorrendo a este dispositivo, Grice oferece a seguinte “definição em bruto”:

---

<sup>78</sup> Cf. GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning”. p. 123.

<sup>79</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 123.

<sup>80</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 123.

D1: “Ao proferir  $x$ ,  $U$  quer-dizer que  $*_{\psi}p$ ” = *df.* “ $(\exists A)$  ( $U$  profere  $x$  com a intenção  $M$  de que (i)  $A$  pense que  $U \psi$  que  $p$  [ $U$  to  $\psi$  that  $p$ ] e (somente nalguns casos, dependentemente da identificação de  $*_{\psi}p$ ); (ii)  $A$  deve, através da compreensão de (i), também ele  $\psi$  que  $p$ )

Para Grice, é conveniente abreviar esta definição. Tem-se “ $\psi^{\dagger}$ ” (ler  $\psi$ -punhal), que é um sinal que opera da seguinte maneira: nalguns casos, a expressão “ $A$  deve  $\psi^{\dagger}$  que  $p$ ” é para ser interpretada como “ $A$  deve pensar que  $U \psi$  que  $p$ ”; noutros casos a expressão “ $A$  deve  $\psi^{\dagger}$  que  $p$ ” é para ser interpretada como “ $A$  deve  $\psi$  que  $p$  (ao pensar que  $U \psi$  que  $p$ )”. A especificação de “ $*_{\psi}p$ ” é que vai determinar a interpretação a ser escolhida. Pode-se agora reformular D1:<sup>81</sup>

D1’: “Ao proferir  $x$ ,  $U$  quer-dizer que  $*_{\psi}p$ ” = *df.* “ $(\exists A)$  ( $U$  profere  $x$  com a intenção  $M$  de que  $A$  deve  $\psi^{\dagger}$  que  $p$ )”.

Para Grice, D1’ não resolve todas as dificuldades levantadas por D1, mas, mesmo assim, D1’ é suficiente para “fins operacionais”<sup>82</sup> (working purposes).

## 4.2 Significado intemporal para elocuições-tipo não estruturadas.

Para tratar do estágio III, como primeiro passo, Grice vai tentar definir o significado intemporal para elocuições-tipo não estruturadas. Para Grice, é importante distinguir dois problemas: (1) Saber qual é a relação entre o significado intemporal (para elocuições-tipo completas) e o significado ocasional; (2) no caso de elocuições-tipo sintacticamente estruturadas (linguísticas), saber como é que o significado intemporal de uma elocução-tipo completa (frásica) está relacionada com os significados intemporais dos seus elementos incompletos estruturados e não estruturados (expressões e palavras,

---

<sup>81</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 124.

<sup>82</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 124.

aproximadamente), e saber como explicar o significado intemporal das elocuições-tipo incompletas.

Grice começa por examinar a noção de significado intemporal na sua aplicação a elocuições-tipo não estruturadas. O seu principal exemplo é um gesto (um sinal), e Grice considera conveniente ponderar em primeiro lugar acerca de qual será o seu significado intemporal para um indivíduo (dentro de um «idiolecto de sinalização»<sup>83</sup>), e em segundo lugar ponderar a extensão desta ideia a grupos de indivíduos. Desta maneira preserva-se a possibilidade de se manter distinta a ideia de um significado *estabelecido* da ideia de um significado *convencional*.

Suponha-se que um tipo particular de aceno com a mão (“HW” de “Hand Wave”) significa para um dado indivíduo *U* (dentro do seu idiolecto) “Eu sei o percurso”. Procure-se agora uma explicação da frase “Para *U*, HW significa ‘Eu sei o percurso’” que relacione o significado intemporal com o significado ocasional. Como primeira tentativa, pode ser sugerido algo como “É política (prática, hábito) da parte de *U* proferir HW se *U* estiver a proferir uma elocução pela qual *U quer-dizer que U sabe o percurso*”. Se D1 for aplicada a esta sugestão, fica-se com: “É política (prática, hábito) da parte de *U* proferir HW se *U* estiver a proferir uma elocução por meio da qual (para algum *A*) *U* tem a intenção *M* de levar a efeito que *A* pense que *U* pensa que *U* sabe o percurso”. Grice argumenta que, neste caso, a noção de intenção *M* é ociosa, e que basta invocar a noção de intenção simples:

Se a política (prática, hábito) da parte de *U* é tal que o seu uso de HW está vinculado à presença de uma intenção *simples* de afectar uma audiência da maneira descrita, seguir-se-á que quando, numa dada ocasião, ele profere HW, ele fá-lo-á, nessa ocasião, com a intenção *M* de afectar a sua audiência dessa maneira.<sup>84</sup>

Se for usada apenas a noção de intenção simples, pode-se especificar o procedimento de *U* da seguinte maneira: “Eu (*U*) proferirei HW se pretender que algum *A* pense que eu penso saber o percurso”. Para que *U* tenha as intenções particulares compreendidas em cada efectivação deste procedimento, ele deve supor, ao proferir HW, que existe a possibilidade da realização dessas intenções; para que esta suposição seja

---

<sup>83</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 124.

<sup>84</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 124.

fundamentada, uma dada audiência *A* tem que estar ciente da política (prática, hábito) de *U* e deve supor que ela se aplica à elocução de HW por *U*. Assim, *U*, ao proferir HW numa ocasião particular, espera que *A* pense da seguinte maneira: “A política de *U* relativamente a HW é tal que ele profere HW neste momento com a intenção de que eu pense que ele pensa saber o percurso; sendo assim, assumo que ele sabe o percurso”. Mas, quando *U* profere HW com esta expectativa, *U* está a proferir HW com a intenção *M* de que *A* pense que *U* pensa saber o percurso. Assim, uma formulação da política de *U* relativamente a HW nos termos da noção de intenção simples é «adequada para assegurar que, por meio de uma elocução particular de HW, *U quer-dizer que ele sabe o percurso*»<sup>85</sup>

Pode-se assim sugerir uma definição simplificada: “Para *U*, HW significa ‘Eu sei o percurso’” = df. “É política (prática, hábito) de *U* proferir HW se, para algum *A*, *U* pretende que *A* pense que *U* pensa que *U* sabe o percurso”. Para Grice, esta definição é inaceitável: (1) para *U*, HW pode ter um segundo significado, tal como “Estou prestes a deixar-te”. Sendo assim, não pode ser política de *U* proferir HW somente quando *U* pretende que algum *A* pense que *U* pensa que *U* sabe o percurso; por vezes *U* pode proferir HW com a intenção de que algum *A* pense que *U* pensa que *U* está prestes a deixar *A*. (2) *U* pode ter outros métodos disponíveis para fazer com que *A* pense que *U* pensa que *U* sabe o percurso (dizer, por exemplo, “Eu sei o percurso”). Sendo assim, não pode ser política (prática, hábito) de *U* proferir HW «*se* (i.e. sempre que) *U* quiser que *A* pense que *U* pensa que *U* sabe o percurso».<sup>86</sup>

De maneira a evitar estas dificuldades, Grice substitui a noção de uma política, hábito ou prática pela noção de se “*ter um determinado procedimento no reportório*”. Grice ilustra a maneira como esta sugestão evita as dificuldades da sugestão anterior da seguinte maneira:

Um professor ligeiramente excêntrico pode ter no seu reportório o seguinte procedimento: se vir uma rapariga atraente na sua audiência, ele faz uma pausa de meio minuto e depois toma um sedativo. O facto dele ter no seu reportório este procedimento não é incompatível com o facto dele ter também dois procedimentos mais: (a) se ele vê uma rapariga atraente, ele põe um par de óculos

---

<sup>85</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 125.

<sup>86</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 126.

escuros (...); (b) ele faz uma pausa e toma um sedativo quando vê na sua audiência não uma rapariga atraente, mas um colega particularmente distinto.<sup>87</sup>

De forma similar, se o procedimento de proferir HW quando quer que uma audiência  $A$  pense que  $U$  pensa que  $U$  sabe o percurso faz parte do repertório de  $U$ , então este facto não será incompatível com o facto dele ter dois procedimentos suplementares: (1) dizer “Eu sei o percurso” se quiser que algum  $A$  pense que  $U$  pensa que  $U$  sabe o percurso; (2) proferir HW se quiser que algum  $A$  pense que  $U$  pensa que  $U$  está prestes a sair da presença de  $A$ . Assim, Grice propõe a seguinte definição:<sup>88</sup>

D2: “Para  $U$  a elocução-tipo  $x$  significa (tem como um dos seus significados) ‘ $*_{\psi}p$ ’”  
= df. “ $U$  tem no seu repertório o seguinte procedimento: proferir um espécime de  $x$  se  $U$  pretender que  $A$   $\psi^{\dagger}$  que  $p$  ( $A$  to  $\psi^{\dagger}$  that  $p$ )”.

Grice vira-se de seguida para a noção de significado intemporal para um grupo ou classe de indivíduos. Se  $U$  profere HW, a medida da sua expectativa relativa ao efeito da resposta pretendida depende do conhecimento da parte de  $A$  do procedimento de  $U$ , e depende também do facto de  $A$  ter no seu reportório o mesmo procedimento (a menos que o sinal seja explicado a cada  $A$ ). Assim «cada membro de algum grupo  $G$  (dentro do qual HW é um instrumento de comunicação) vai desejar que o seu procedimento respeitante a HW se conforme com a prática geral do grupo»<sup>89</sup>. Grice sugere então a seguinte definição:

D3: “Para o grupo  $G$ , a elocução-tipo  $x$  significa ‘ $*_{\psi}p$ ’” = df. “Pelo menos alguns (muitos) membros do grupo  $G$  têm nos seus reportórios o procedimento de proferir um espécime de  $x$  se, para algum  $A$ , eles pretenderem que  $A$   $\psi^{\dagger}$  que  $p$  (“ $A$  to  $\psi^{\dagger}$  that  $p$ ”), sendo que a retenção deste procedimento é para eles dependente da suposição de que pelo menos alguns (outros) membros de  $G$  têm, ou tiveram, este procedimento nos seus reportórios”.

---

<sup>87</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 126.

<sup>88</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 126.

<sup>89</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 127.

Esta definição, uma vez que procura dar uma noção do que é a procura da conformidade no uso de uma elocução-tipo por um dado grupo, vai também, de maneira derivada, dar uma noção daquilo que é o uso *correcto* (ou *incorrecto*) de *x*, diferenciando-se assim da noção daquilo que é simplesmente o seu uso vulgar.

Quanto à definição de “ter um determinado procedimento no repertório”, Grice considera-a difícil de elaborar; dá-nos, no entanto, a seguinte definição “improvisada”:

“*U* tem no seu repertório o procedimento de...” = *df.* “*U* tem uma disponibilidade (prontidão, preparação) permanente, em algum grau, para...”.

A disponibilidade para fazer algo seria «um membro da mesma família (um irmão mais novo, por assim dizer) da intenção para fazer esse algo».<sup>90</sup>

No entanto, esta explicação do que é ter um procedimento no repertório não serve, devido ao seguinte tipo de caso: a tia Matilda é excessivamente afectada. Embora seja verdade que para a tia Matilda a frase “ele é um nanico” signifique “ele é uma pessoa de pequena estatura”, é falso afirmar que a tia Matilda está disposta, seja em que grau for, a proferir essa frase em alguma circunstância. Precisar-se-ia da noção do que é estar *equipado* para usar uma expressão, noção cuja análise é para Grice problemática.

A partir daqui, Grice propõe-se a abandonar a tentativa de fornecer uma definição, e contenta-se com algumas observações informais. Parece-lhe haver três tipos principais de caso nos quais se pode falar de um procedimento estabelecido relativamente a uma elocução-tipo *x*:<sup>91</sup>

(1) O caso no qual é prática corrente para muitos membros de algum grupo *G* proferir *x* em determinadas circunstâncias. Neste caso, pode-se afirmar que a tia Matilda, sendo um membro de *G*, tem um procedimento para *x*; embora ela não profira *x* em nenhuma circunstância, ela sabe que outros membros de *G* têm uma prontidão para proferir *x* em tais-e-tais circunstâncias.

---

<sup>90</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 127.

<sup>91</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 127-128.

(2) O caso no qual é prática corrente somente para *U* proferir *x* em tais-e-tais circunstâncias. Neste caso, *U* tem prontidão em proferir *x* em tais-e-tais circunstâncias.

(3) O caso no qual proferir *x* não é prática corrente de nenhum grupo ou locutor, mas faz parte de um sistema de comunicação criado por *U*, mas que nunca foi posto em prática (um pouco como um código de estrada que invento enquanto tomo um banho de imersão). Neste caso, *U* tem um procedimento para *x* no sentido em que ele previu um sistema de práticas possível que *envolveria*, caso existisse, uma prontidão para proferir *x* em tais-e-tais circunstâncias.

A essência destas observações informais é que, no caso de um idiolecto, deve-se ser cuidadoso ao falar da prática de *U* de proferir *x* em tais-e-tais circunstâncias. O problema do caso da tia Matilda é mais facilmente tratado se nos virarmos dos idiolectos para uma linguagem partilhada. No caso de uma linguagem partilhada, um indivíduo tem um procedimento para usar certas elocuições pelo simples facto de ser um membro duma comunidade de falantes, os quais estão prontos a usar essas elocuições para obter certas crenças da parte das suas audiências. D3 acaba então por ser uma definição daquilo que é o significado intemporal de uma elocução numa linguagem partilhada.

### **4.3 Significado intemporal aplicado para elocuições-tipo não estruturadas.**

Para tratar do estágio IV, como primeiro passo, Grice vai procurar explicar o significado intemporal aplicado para elocuições-tipo não estruturadas.<sup>92</sup>

Pode-se tentar a seguinte definição de significado intemporal aplicado aplicável a HW:

---

<sup>92</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 128-129.

D4: “Quando  $U$  profere  $x$  (tipo),  $x$  significa ‘\* $p$ ’” = df. “ $(\exists A)$  ( $U$  pretende que  $A$  reconheça (e que reconheça que  $U$  pretende que  $A$  reconheça) aquilo que  $U$  quis-dizer (significado ocasional) ao proferir  $x$ , na base do conhecimento (suposição) da parte de  $A$  de que, para  $U$ ,  $x$  significa (tem como um dos seus significados) ‘\* $p$ ’ (tal como está definido em D2)”.

Ou pode-se ainda procurar uma definição mais completa (“\*” e “\*’” são ambos indicadores de humor simulados):

D4’: “Quando  $U$  profere  $x$ ,  $x$  significa ‘\* $\psi p$ ’” = df. “ $(\exists A)$  ( $\exists q$ ) ( $U$  quer-dizer ao proferir  $x$  que \*’ $q$ ; e  $U$  pretende que  $A$  reconheça (e que reconheça que se pretende que reconheça) que, ao proferir  $x$ ,  $U$  quer-dizer que \*’ $q$  através do conhecimento (suposição) da parte de  $A$  de que no repertório de  $U$  está o procedimento de proferir  $x$  se, para algum  $A'$ ,  $U$  quiser que  $A'$   $\psi^\dagger$  que  $p$  ( $A'$  to  $\psi^\dagger$  that  $p$ ))” (“ $p$ ” pode ou não representar o conteúdo proposicional para o qual é feita referência indefinida na quantificação existencial de “ $q$ ”).

Segundo Grice, D4 e D4’ aplicam-se ao caso no qual  $U$  quer-dizer por meio de HW *que* ele sabe o percurso (há coincidência entre significar “...” e significar *que*...); e aplicam-se também ao caso no qual, por exemplo, um criminoso  $U$  atraiu uma vítima para o seu carro e sinaliza (de forma não literal) para um seu cúmplice de forma a mostrar-lhe que sabe como lidar com a vítima. Em ambos os casos  $U$  espera que a compreensão da elocução de HW pela audiência seja baseada no conhecimento desta de que « $U$  tem um certo procedimento (proferir HW se  $U$  quer que uma audiência pense que  $U$  pensa que  $U$  sabe o percurso)». <sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 129.

#### 4.4 Significado intemporal e significado intemporal aplicado para elocuições-tipo estruturadas, completas e incompletas.

Para tratar os estádios III e IV, como segundo passo, Grice vai tentar explicar o significado intemporal e significado intemporal aplicado para elocuições-tipo estruturadas, completas e incompletas.

De maneira a lidar com as elocuições-tipo estruturadas, Grice sugere os seguintes dispositivos:<sup>94</sup>

(1) “S1 (S2)” (ler “S1-com-S2”) denota uma frase da qual S2 é uma sub-frase. Uma frase é uma sub-frase de si mesma (S2 pode ser idêntica a S1).

(2)  $v(S1(S2))$  (ler “v-de-S1-com-S2”) é uma elocução particular (elocução-espécime) de S1(S2) proferida por  $U$ .  $v(S1(S2))$  é uma elocução *completa*, ou seja, não faz parte de uma elocução  $v(S3(S1(S2)))$ .

(3) O significado normal (standard) de uma frase é consequente com o significado dos seus elementos. Torna-se então necessário invocar a noção de “*procedimento resultante*”:

Um procedimento para uma elocução-tipo  $x$  é um procedimento resultante se é determinado por (a sua existência infere-se de) um conhecimento de procedimentos (1) para elocuições-tipo particulares que são elementos em  $x$ , e (2) para qualquer sequência de elocuições-tipo que exemplifique um ordenamento particular de categorias sintáticas (uma forma sintática particular).<sup>95</sup>

De seguida, Grice propõe a seguinte definição de significado intemporal no idiolecto de  $U$ :

D5: “Para  $U$ ,  $S$  significa ‘ $*_{\psi}p$ ’” = df. “ $U$  tem um procedimento resultante para  $S$ , nomeadamente proferir  $S$  se, para algum  $A$ ,  $U$  pretende que  $A$   $\psi^{\dagger}$  que  $p$ ”. (D5 é similar a D2.)

---

<sup>94</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 129.

<sup>95</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 129.

Grice nota que uma adaptação de D3 talvez explicasse o significado intemporal numa língua.

E para o significado intemporal aplicado, Grice sugere a seguinte definição:

D6: “ $S_2$  em  $v(S_1(S_2))$  significa “ $*_{\psi}p$ ” = df. “ $(\exists A) (\exists q) (U$  quer-dizer com  $v(S_1(S_2))$ ) que  $*'q$ , e  $U$  pretende que  $A$  reconheça que  $U$  quer-dizer com  $v(S_1(S_2))$  que  $*'q$  pelo menos parcialmente com base no pensamento de  $A$  de que  $U$  tem um procedimento resultante para  $S_2$ , nomeadamente (para um  $A'$  adequado) proferir  $S_2$  se  $U$  pretende que  $A' \psi^\dagger$  que  $p$ )” (D6 é similar a D4’).

Segundo Grice, a noção de procedimento resultante não ficou completamente esclarecida, e para esclarecer a noção de “significado de uma palavra” e a sua ligação com “significar que” deve-se ter em consideração os «procedimentos fundamentais dos quais descende um procedimento resultante»<sup>96</sup>. Para começar, tome-se o domínio das frases categóricas afirmativas constituídas por um substantivo (ou descrição definida) e por um adjectivo (ou expressão adjectival). Tome-se de seguida em consideração os seguintes elementos:<sup>97</sup>

(1) Suponha-se que  $\sigma$  é uma frase indicativa. É necessário ser-se capaz de aplicar as ideias de uma versão indicativa de  $\sigma$  (que será o próprio  $\sigma$ ), uma versão imperativa de  $\sigma$ , uma versão optativa de  $\sigma$ , etc., versões a que Grice dá o nome de variações de humor (mood variations). A aplicação destas caracterizações estaria a cargo de uma determinada teoria linguística.

(2) É necessário ser-se capaz de aplicar uma noção tal como a de predicação de  $\beta$  (adjectival) sobre  $\alpha$  (nominal). “Smith é delicado”, “Smith sê delicado”, “Deixe o Smith ser delicado” e “Oh, aquele Smith pode ser delicado” seriam predicações de “delicado” sobre “Smith”. Mais uma vez, a aplicação destas caracterizações estaria a cargo de uma determinada teoria linguística.

---

<sup>96</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 130.

<sup>97</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 130.

(3) Assumam-se como garantidas duas espécies de correlação: correlação R (referencial) e correlação D (denotativa). Pretende-se ser capaz de falar de um dado objecto particular como sendo um correlato R de  $\alpha$  (nominal), e de cada membro de alguma classe como sendo um correlato D de  $\beta$  (adjectival).

Suponha-se agora que  $U$  tem os seguintes procedimentos (P):<sup>98</sup>

P1: Proferir a versão indicativa de  $\sigma$  se (para algum  $A$ )  $U$  pretende que  $A$  pense que  $U$  pensa... (o espaço vazio é preenchido pela versão infinitiva de  $\sigma$ , por exemplo “Smith to be tactful”).

Fazendo algumas substituições, obtemos:

P1': proferir a versão imperativa de  $\sigma$  se (para algum  $A$ )  $U$  pretende que  $A$  pretenda...

Estes procedimentos criam correlações entre humores (moods) e especificações de “ $\psi^\dagger$ ”.

P2: proferir uma predicação de  $\beta$  sobre  $\alpha$  correlacionada com  $\psi^\dagger$  se (para algum  $A$ )  $U$  quer que  $A$   $\psi^\dagger$  um correlato R particular de  $\alpha$  seja um elemento específico de um conjunto particular de correlatos D de  $\beta$ .

Suponha-se também que as seguintes correlações se mantêm para  $U$ :

C1: o cão de Jones é um correlato R de “Fido”.

C2: qualquer coisa coberta de pêlo é um correlato D de “felpudo”.

---

<sup>98</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 130-131.

Uma vez que  $U$  tem os procedimentos iniciais P1 e P2, pode-se inferir que  $U$  tem o seguinte procedimento resultante (determinado por P1 e P2):

RP1 (Resultant Procedure 1): proferir a versão indicativa de uma predicação de  $\beta$  sobre  $\alpha$  se  $U$  pretender que  $A$  pense que  $U$  pensa que um correlato  $R$  particular de  $\alpha$  é um elemento específico de um determinado conjunto de correlatos  $D$  de  $\beta$ .

A partir de RP1 e C1 pode-se inferir que  $U$  tem

RP2: proferir a versão indicativa de uma predicação de  $\beta$  sobre “Fido” se  $U$  pretender que  $A$  pense que  $U$  pensa que o cão de Jones é um de um determinado conjunto de correlatos  $D$  de  $\beta$ .

A partir de RP2 e C2 pode-se inferir que  $U$  tem

RP3: proferir a versão indicativa de uma predicação de “felpudo” sobre “Fido” se  $U$  pretender que  $A$  pense que  $U$  pensa que o cão de Jones é um elemento específico de um conjunto de coisas cobertas de pêlo.

E sabendo-se que “Fido é felpudo” é a versão indicativa de uma predicação de “felpudo” sobre “Fido”, pode-se inferir que  $U$  tem

RP4: proferir “Fido é felpudo” se  $U$  pretender que  $A$  pense que  $U$  pensa que o cão de Jones é coberto de pêlo. (Deste ponto de vista pode-se também dizer que RP4 é um interpretante de “Para  $U$ , ‘Fido é felpudo’ significa ‘o cão de Jones é coberto de pêlo’”.)

Por esta altura, Grice ainda não ofereceu uma explicação para as afirmações de significado intemporal relacionadas com elocuições-tipo incompletas. Não existem condições para que se defina “ $x$  (incompleta) significa ‘...’”. Grice considera até que não é

possível dar uma definição até que seja dada a categoria sintáctica de  $x$ . Pode-se, no entanto, dar uma definição adequada para  $x$  *adjectival* (e.g. “felpudo”):

D7: “Para  $U$ ,  $x$  (adjectival) significa ‘...’” = *df.* “ $U$  tem o seguinte procedimento: proferir uma predicação de  $x$  sobre  $\alpha$  correlacionada com  $\psi^\dagger$  se (para algum  $A$ )  $U$  pretende que  $A \psi^\dagger$  que um correlato  $R$  particular de  $\alpha$  é...” (os espaços representados pelas reticências são preenchidos pela mesma expressão).

Qualquer procedimento específico cuja forma seja esta é um procedimento resultante. «Por exemplo», diz Grice,

Se  $U$  tem P2 e também C2, pode-se inferir que ele tem o procedimento de proferir uma predicação de “felpudo” sobre  $\alpha$  correlacionada com  $\psi^\dagger$  se (para algum  $A$ )  $U$  pretende que  $A \psi^\dagger$  que um correlato  $R$  particular de  $\alpha$  é um [elemento] de um conjunto de coisas cobertas de pêlo, ou seja, para  $U$ , “felpudo” significa “coberto de pêlo.”<sup>99</sup>

Grice pode agora dar uma definição da noção de elocução-tipo completa:

D8: “ $x$  é completa” = *df.* “Um definiens completamente expandido de “ $x$  significa ‘...’” não contém qualquer referência explícita a uma correlação, senão aquela envolvida ao falar-se de um correlato  $R$  de alguma expressão referente que ocorra dentro de  $x$ ”. (Pode esperar-se que o definiens expandido para a elocução-tipo completa “Ele é felpudo” contenha a expressão “um correlato  $R$  particular de ‘ele’”.)

Falta agora explicar como funciona, para Grice, a noção de correlação.

---

<sup>99</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 132.

## 4.5 Correlação.

O que é que se quer dizer quando se diz que o cão de Jones é um correlato R de “Fido”? Uma ideia possível seria pensar em “Fido” e no cão de Jones como estando emparelhados, num sistema de emparelhamento no qual nomes e objectos formam pares ordenados. Mas num dos seus sentidos, “par” significa um par ordenado, cujo primeiro membro é um nome qualquer, e o segundo membro um objecto qualquer. Necessita-se de um sentido de “emparelhado” no qual “Fido” está emparelhado com o cão de Jones mas não com o gato de Smith. Uma possibilidade seria “par seleccionado”. Mas “seleccionado” teria que ter o sentido que está presente quando um selector escolhe um cão para fazer algo com (para) ele; não poderia ter o sentido no qual um selector selecciona uma maçã e uma laranja de um prato. Mas fica-se ainda assim com a questão de saber o que fazer no caso do par palavra-coisa e com a questão de saber em que consiste “seleccionar”.

Grice sugere que se considere inicialmente o caso especial no qual os itens linguísticos e não-linguísticos estão correlacionados *explicitamente*. Isto consiste na realização de um acto que faz com que um item linguístico e um item não-linguístico fiquem numa relação na qual não se encontravam anteriormente, e na qual nenhum deles está relacionado com não-correlatos no outro domínio. Mas uma vez que o acto de correlação pode ser um acto verbal, precisa-se de saber como pode isto estabelecer uma relação entre itens.

Suponha-se que *U* profere a elocução-espécime *V*, que pertence à elocução-tipo “felpudo: coisas cobertas de pêlo”. Para poder dizer-se que *U* correlacionou “felpudo” com cada membro do conjunto de coisas cobertas de pêlo por meio de *V*, seria necessário poder dizer-se que existe alguma relação  $R^{100}$  tal que: (a) ao proferir *V*, *U* fez com que (levou a efeito que) “felpudo” ficasse em *R* para cada coisa coberta de pêlo, e apenas para coisas cobertas de pêlo; (b) proferiu *V* com o *objectivo de que*, ao proferir *V*, efectuasse isto. Sem a condição (b), que pode causar desconfiança por fazer referência a intenções, (a) seria insuficiente. Ao proferir *V*, e independentemente das suas intenções, *U* criou uma situação na qual a relação *R* existe exclusivamente entre “felpudo” e cada coisa coberta de pêlo *Z*,

---

<sup>100</sup> Está aqui em causa uma relação em geral *R* e não a correlação *R*.

nomeadamente «a relação que consiste em ser uma expressão proferida por  $U$  numa ocasião particular  $O$  em justaposição conversacional com o nome de uma classe à qual  $Z$  pertence». <sup>101</sup> Mas através deste mesmo acto,  $U$  criou também uma situação na qual uma relação  $R'$  existe exclusivamente entre “felpudo” e cada coisa *não* coberta de pêlo  $Z'$ , nomeadamente a relação que consiste ser uma expressão proferida por  $U$  na ocasião  $O$  em justaposição conversacional com o nome do *complemento* de uma classe à qual  $Z'$  pertence. No entanto, não é desejável pensar que  $U$  correlacionou “felpudo” com cada coisa não coberta de pêlo. A única maneira de assegurar que  $R'$  é eliminada é através da adição da condição (b), a qual limita a atenção para uma relação que  $U$  pretende (tem a intenção de) criar. Assim, segundo Grice, «parece que a intensionalidade está incorporada nas próprias fundações da teoria da linguagem». <sup>102</sup>

Grice oferece então a seguinte definição de correlação:

Suponha-se que  $V$  = elocução-espécime do tipo “‘Felpudo’: coisas cobertas de pêlo”. Então, ao proferir  $V$ ,  $U$  correlaciona “felpudo” com (e só com) cada coisa coberta de pêlo  $\equiv (\exists R) \{(U \text{ efectua por meio de } V \text{ que } (\forall x) (R \text{ “felpudo” } x \equiv x \in y \text{ (} y \text{ é uma coisa coberta de pêlo)})) \text{ e } (U \text{ profere } V \text{ para que } U \text{ efectue por meio de } V \text{ que } (\forall x) \dots)\}$ .

Assim, pode afirmar-se que  $U$  correlaciona “felpudo” com coisas cobertas de pêlo apenas se existe um  $R'$  identificável para o qual a definição se aplica. Pode definir-se  $R'$  da seguinte maneira:

$R'xy \equiv x$  é um tipo (palavra) tal que  $V$  é uma sequência que consiste num espécime de  $x$  seguido por dois pontos seguido por uma expressão (“coisas cobertas de pêlo”) cujo correlato  $R$  é um conjunto do qual  $y$  é um dos membros.

Desta forma,  $R'xy$  mantém-se entre “felpudo” e cada coisa coberta de pêlo dada a elocução de  $V$  por  $U$ . Além disso, qualquer elocução  $V'$  com a forma exemplificada por  $V$

---

<sup>101</sup> GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning”. p. 133.

<sup>102</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 133.

«pode ser proferida para estabelecer  $R''xy$  (que envolve  $V'$  e não  $V$ ) entre qualquer expressão e cada membro de qualquer conjunto de itens não-linguísticos.»<sup>103</sup>

Segundo Grice, existem outras maneiras de se conseguir o mesmo resultado. Pode-se especificar a finalidade da elocução através da elocução:

$V$  = elocução de “Para efectuar que, para algum  $R$ , ‘felpudo’ só tem  $R$  para cada coisa coberta de pêlo, ‘felpudo’: coisas cobertas de pêlo”.

Substitui-se “ $V$  é uma sequência que *consiste em...*” por “ $V$  é uma sequência que *contem...*” na expressão do  $R$  especificado.  $U$  pode também usar a forma performativa: “Eu correlaciono ‘felpudo’ com cada coisa coberta de pêlo”. A elocução desta forma performativa vai estabelecer a relação requerida e ao mesmo tempo vai rotular-se como sendo proferida com o propósito de estabelecer essa mesma relação.

Mas qualquer que seja a maneira pela qual um acto de correlação explícita seja efectuado, afirmar que ele é um acto de correlação é fazer uma referência indefinida a uma relação que se pretende que o acto estabeleça; a especificação da relação envolvida depende por sua vez de uma utilização ulterior da noção de correlação, como por exemplo ao falar-se de um conjunto que é o correlato (correlato  $R$ ) de uma expressão particular (por exemplo, “Coisas cobertas de pêlo”). Esta situação aparentemente envolve uma regressão que Grice considera digna de objecção: «embora “correlação” não seja usada na definição de correlação, é usada na especificação de um referência indefinida que ocorra na definição de correlação».<sup>104</sup> Talvez possa até ser considerado necessário parar esta regressão a dado momento. Se não for parada, e pressupondo uma correlação prévia, a correlação não pode sequer ser iniciada.

Grice invoca então a noção de “*correlação ostensiva*”.<sup>105</sup> Numa tentativa de correlacionar ostensivamente a palavra “felpudo” com a propriedade de ser algo coberto de pêlos:

---

<sup>103</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 134.

<sup>104</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 134.

<sup>105</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 134-135.

(1) *U* vai executar uma série de actos em que indica (ostensivamente) um objecto em cada um deles (*a*<sub>1</sub>, *a*<sub>2</sub>, *a*<sub>3</sub>, etc.).

(2) *U* profere um espécime da palavra “felpudo” simultaneamente com cada ostensão.

(3) É intenção de *U* indicar (ostensivamente), e ser reconhecido como indicando (ostensivamente), apenas objectos que são simplesmente cobertos de pêlo ou simplesmente não cobertos de pêlo.

(4) Estas intenções são realizadas numa sequência modelo. Para que uma sequência modelo consiga correlacionar a palavra “felpudo” com a propriedade de ser-se coberto de pêlo, é necessário que haja uma relação *R* entre a palavra “felpudo” e cada coisa coberta de pêlo *y*, apenas no caso de *y* ser coberta de pêlo.

A relação *R* pode ser especificada pelo menos numa sequência de casos modelo nos quais as intenções linguísticas de *U* são premiadas pelo seu sucesso. O caso seria o seguinte:

Num universo limitado consistindo em coisas que na perspectiva de *U* são simplesmente cobertas de pêlo ou simplesmente não cobertas de pêlo, a relação *R* mantém-se apenas entre a palavra “felpudo” e cada objecto que é para *U* simplesmente coberto de pêlo.<sup>106</sup>

Esta sugestão apresenta algumas dificuldades:

Em primeiro lugar, esta explicação não distingue entre a relação *R* (estabelecida por *U*) que existe entre a palavra “felpudo” e cada objecto coberto de pêlo, e uma relação *R'* que existe entre a palavra “felpudo” e cada objecto que é para *U* claramente (plainly) coberto de pêlo; ou seja, não se sabe como *U* há de distinguir entre “felpudo” (coberto de pêlo) e a palavra “felpudo”\* (inequivocamente coberto de pêlo).

Em segundo lugar, pode ser feita uma tentativa para fugir da primeira dificuldade supondo que existe a relação *R* entre a palavra “felpudo” e cada objecto ao qual *U* aplicaria a palavra “felpudo” em certas circunstâncias. Mas como especificar essas circunstâncias? Se for sugerido que as circunstâncias são aquelas nas quais *U* procura estabelecer uma correlação explícita entre a palavra “felpudo” e cada membro de um conjunto apropriado

---

<sup>106</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 135.

de objectos, a proposta torna-se problemática. Segundo Grice, «normalmente as correlações parecem desenvolver-se [grow] ao invés de serem criadas, e tentativas de ligar esses desenvolvimento com potencialidades de criação pode dar origem a futuras ameaças de circularidade».<sup>107</sup>

A resolução da situação passa pelos seguintes aspectos:<sup>108</sup>

(1) É necessário invocar um procedimento resultante como o seguinte:

RP12<sup>109</sup>: predicar  $\beta$  sobre “Fido” quando  $U$  pretende que  $A \psi^\dagger$  que o cão de Jones é um correlato  $D$  de  $\beta$ .

Este procedimento resultante deve resultar, entre outras coisas, de uma correlação  $R$  não explícita de “Fido” e do cão de Jones.

(2) Uma correlação não explícita de “Fido” e do cão de Jones *consiste* no facto de que  $U$  correlacionaria explicitamente “Fido” e o cão de Jones.

(3) Afirmar que  $U$  correlacionaria explicitamente “Fido” e o cão de Jones deve-se entender como uma maneira elíptica de dizer algo da forma “ $U$  correlacionaria explicitamente ‘Fido’ e o cão de Jones *se p*”.

(4) Pode-se especificar “*se p*” da seguinte maneira: “Se fosse pedido a  $U$  que desse uma correlação explícita para ‘Fido’”. Mas se fosse feito um pedido a  $U$ , ele poderia pensar que lhe é pedida uma estipulação, para a qual ele se sentiria com liberdade de acção. Se não lhe é pedida uma estipulação, então deve-lhe ser transmitido que a sua correlação explícita deve satisfazer alguma condição não arbitrária. Pode-se sugerir que esta condição consiste em que  $U$  deve fazer a sua correlação explícita de forma a combinar ou ajustar-se a procedimentos existentes.

(5)  $U$  deve fazer com que a sua correlação explícita produza RP12.

(6) Nesse caso, RP12 resulta de uma correlação não explícita que consiste no facto de que  $U$  correlacionaria explicitamente “Fido” e o cão de Jones caso ele quisesse fazer

---

<sup>107</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 135.

<sup>108</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 136-137.

<sup>109</sup> Grice não explica porque lhe chama RP12 (e não RP5, por exemplo).

uma correlação explícita que gerasse procedimentos existentes relevantes. Existe neste caso uma aparente circularidade.<sup>110</sup>

(7) Esta circularidade é tolerável na medida em que pode ser considerada um caso especial de um fenómeno geral que surge em ligação com a explicação da prática linguística. As chamadas “regras linguísticas” devem ser de tal forma que a prática linguística é efectuada *como se* estas regras fossem aceites e fossem seguidas conscientemente. Isto não é apenas um facto interessante acerca da prática linguística mas também uma explicação dessa prática; isto pode levar a supor que estas regras *são* aceites implicitamente. Para Grice, esta aceitação implícita das regras linguísticas é um mistério:

A interpretação apropriada da ideia de que *aceitámos* estas regras torna-se um mistério, se a “aceitação” das regras for distinguida da existência das práticas relacionadas – mas parece que se trata de um mistério que, pelo menos por enquanto, temos que engolir, reconhecendo ao mesmo tempo que ele nos envolve num problema ainda não resolvido.<sup>111</sup>

Este mistério não é completamente elucidado por Grice. Mas a sua teoria da conversação aproxima a aceitação das regras linguísticas com as práticas conversacionais, lançando, por isso, alguma luz sobre este problema, bem como sobre os estádios V e VI do programa.

O estádio V passaria pela especificação das condições pelas quais aquilo que um locutor quis-dizer convencionalmente por meio de uma elocução se torna também parte daquilo que o locutor disse. A realização desta especificação teria que ser completada com uma descrição dos elementos do significado convencional de uma elocução que *não* são parte daquilo que foi dito (estádio VI). A noção de *implicatura* vai lançar luz sobre a relação entre aquilo que um locutor quer-dizer convencionalmente por meio de uma elocução e aquilo que é dito, bem como sobre o facto de existirem elementos do

---

<sup>110</sup> O “virtuosismo” desta circularidade é defendido por Anita Avramides (cf. AVRAMIDES, A. – *Meaning and Mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1989, pp. 20-38.) e Brian Loar (cf. LOAR, Brian – “The Supervenience of Social Meaning on Speaker’s Meaning”. In: COSENZA, Giovanna (ed.) – *Paul Grice’s Heritage*. Turnhout: Brepols, 2001, pp. 101-113).

<sup>111</sup> GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning”. pp. 136-137.

significado convencional de uma elocução que não são parte daquilo que foi dito. A noção de implicatura será explicada no capítulo seguinte.<sup>112</sup>

Além disso, na sua discussão acerca das propriedades da prática conversacional, Grice vai enumerar um conjunto de máximas e princípios cuja observância providencia «normas de um discurso racional»<sup>113</sup>. A racionalidade será assim a ponte entre a aceitação implícita das regras linguísticas e as práticas conversacionais. Este aspecto também será abordado no capítulo seguinte.

---

<sup>112</sup> A inclusão da teoria da conversação de Grice (teoria na qual se inclui a noção de implicatura) na sua teoria do significado é defendida por Stephen Neale, que considera que é «inegável que as teorias se iluminam e suportam mutuamente, e que elas têm maior interesse filosófico, linguístico e histórico se se resistir à tentação de discuti-las isoladamente». NEALE, Stephen – “Paul Grice and the philosophy of language”. In: *Linguistics and Philosophy* 15, Maio de 1992, p. 511.

<sup>113</sup> GRICE, H. P. - “Retrospective Epilogue” (1ª ed. de 1987). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, p. 22.

## 5. Implicatura

Em “Logic and Conversation”, Grice começa por afirmar que é comum aceitar-se, no estudo da lógica filosófica, que existem divergências entre, por um lado,  $\neg$ ,  $\wedge$ ,  $\vee$ ,  $\supset$ ,  $(\forall x)$ ,  $(\exists x)$ ,  $(\lambda x)$ , e, por outro lado, os seus análogos na linguagem natural, tais como ‘não’, ‘e’, ‘ou’, ‘se’, ‘todos’, ‘alguns’, ‘o’.<sup>114</sup> Aqueles que afirmam a existência destas divergências dividem-se, para Grice em dois grupos rivais: os formalistas e os informalistas. Os formalistas afirmam a vantagem dos símbolos formais sobre os seus análogos na linguagem natural, uma vez que os símbolos formais permitem a construção sistemática de fórmulas gerais, capazes de codificar um grande número de inferências; evitam-se também as ambiguidades presentes na linguagem natural, que não permitem, por vezes, a atribuição de um valor de verdade a determinadas frases; além disso, estas ambiguidades da linguagem natural também abrem as portas à especulação metafísica. Assim, para os formalistas, torna-se necessária a construção de uma linguagem ideal, que incorpore dispositivos formais de maneira a evitar-se a falta de clareza da linguagem natural; desta forma, as fundações da ciência tornar-se-ão «filosoficamente seguras, uma vez que as afirmações do cientista tornar-se-ão expressáveis (embora não necessariamente expressas de facto) dentro desta linguagem ideal».<sup>115</sup>

Os informalistas, por seu lado, afirmam que a «busca filosófica por uma linguagem ideal baseia-se em certos pressupostos que não devem ser concedidos»<sup>116</sup>, tais como: a adequação de uma linguagem deve ser medida pela sua utilidade para a ciência; uma expressão só se torna inteligível através da análise do seu significado; toda a análise deve ter a forma de uma definição que possa ser explicitada com recurso a dispositivos formais. De acordo com os informalistas, a linguagem serve propósitos que não os da pesquisa científica; além disso, podemos saber o significado de uma expressão sem que esta seja analisada, e existem várias inferências expressas em linguagem natural que podem ser reconhecidas como válidas nesse contexto. Por isso, deve existir uma lógica específica dos

---

<sup>114</sup> Cf. GRICE, H. P. - “Logic and conversation” (1ª ed. de 1975). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, p. 22.

<sup>115</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 23.

<sup>116</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 23.

análogos naturais dos símbolos formais; e certas regras que são válidas para os símbolos formais não o serão para os seus análogos naturais.

Ora, para Grice, ambas as partes estão erradas quando assumem a existência deste género de divergências entre os dispositivos formais e os seus análogos naturais; esse erro nasce duma «atenção inadequada à natureza e importância das condições que governam a conversação».<sup>117</sup> De forma a estabelecer quais são essas condições, Grice começa por introduzir e caracterizar a noção de “implicatura”.<sup>118</sup>

Grice começa por oferecer o seguinte exemplo, de forma a ilustrar a diferença entre “dizer” e “implicar”: suponhamos que A e B estão a falar acerca de um amigo mútuo C, que trabalha num banco; A pergunta a B como está a correr o trabalho a C, e B responde, *Oh muito bem, penso eu; ele gosta dos colegas, e ainda não foi parar à prisão*. Neste momento, A pode querer saber aquilo que B estava a implicar, a sugerir, ou até a querer dizer ao afirmar que C ainda não tinha ido para a prisão. A resposta pode assumir várias formas: C é o tipo de pessoa susceptível de ceder a certas tentações; os colegas de C são pessoas traiçoeiras, e assim por diante.<sup>119</sup> Pode também ser completamente desnecessário a A procurar que B elucide “Oh muito bem, penso eu; ele gosta dos colegas, e ainda não foi parar à prisão”, uma vez que a frase, no contexto em que é proferida, pode ser clara para A logo à partida. Fica assim claro que «o que quer que B tenha implicado, sugerido, ou querido-dizer neste exemplo, é distinto daquilo que B disse, que foi simplesmente que C ainda não tinha ido para a prisão».<sup>120</sup>

Grice introduz os termos *implicar*, *implicatura* e *implicatum*, com o objectivo de «evitar, em cada ocasião, ter de escolher entre este ou aquele membro da família de verbos para a qual *implicar* deve prestar um serviço [funcionar de modo] geral».<sup>121</sup> No que diz respeito ao sentido do seu uso da palavra *dizer*, Grice pretende que «aquilo que alguém disse esteja intimamente relacionado com o significado convencional das palavras (da

---

<sup>117</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 24.

<sup>118</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 24-31.

<sup>119</sup> Este “assim por diante” quer dizer que a elocução, em casos como este, está aberta a diferentes interpretações.

<sup>120</sup> GRICE, H. P. - “Logic and conversation”. p. 24.

<sup>121</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 24.

frase) que [esse alguém] disse». <sup>122</sup> Grice ilustra este ponto com o seguinte exemplo: suponhamos que um locutor *U* profere a frase *Ele está nas garras de um vício*; conhecendo a língua portuguesa, e sem conhecer as circunstâncias da elocução, o interlocutor compreenderia algo daquilo que foi dito: o interlocutor saberia que *U* disse, acerca de uma pessoa ou animal do sexo masculino *x*, que, na ocasião da elocução: ou (1) *x* não conseguia libertar-se de um mau aspecto do seu carácter; ou (2) alguma parte de *x* encontrava-se presa por um certo tipo de instrumento chamado “vício”. Mas, para poder identificar completamente aquilo que *U* disse, o interlocutor precisaria de saber (a) a identidade de *x*, (b) o momento da elocução, e (c) o significado, no momento particular da elocução, da expressão *nas garras de um vício*. <sup>123</sup>

Além de ajudar a determinar aquilo que é dito, o significado convencional das palavras usadas pode ajudar a determinar aquilo que é implicado pelo seu uso. Por exemplo, ao proferir a frase *Ele é um inglês; ele é, portanto, corajoso*, o locutor compromete-se com a implicação de que a coragem desse homem é uma consequência do facto dele ser inglês; no entanto, o locutor não *disse* que a coragem desse homem é uma consequência do facto dele ser inglês: ele apenas *disse* que o homem é inglês, e que o homem é corajoso. Se o homem é inglês e é corajoso, mas não é corajoso como consequência de ser inglês, mesmo assim a frase “Ele é um inglês; ele é, portanto, corajoso” não pode ser considerada *rigorosamente* falsa. Neste caso, podemos afirmar apenas que o locutor apresentou os factos de uma forma algo enganadora. Assim, no caso da elocução de “Ele é um inglês; ele é, portanto, corajoso”, o locutor implicou convencionalmente a ideia de consequência. <sup>124</sup>

Há, então, casos em que *U* quer-dizer (significar) algo convencionalmente; aquilo que *U* diz e aquilo que *U* implica convencionalmente são parte daquilo que *U* quer-dizer (significar) convencionalmente. Mas há também casos em que *U* quer-dizer (significar) algo não convencionalmente; uma das subclasses deste caso é constituída pelas implicaturas conversacionais. <sup>125</sup>

---

<sup>122</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 25.

<sup>123</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 25.

<sup>124</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 26.

<sup>125</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 26.

De forma a explicar o que são e para que servem as implicaturas conversacionais, Grice começa por sugerir que a conversação é um empreendimento racional, intencional e interpessoal, regido por um *Princípio Cooperativo*:

Faz a tua contribuição conversacional tal como é requerido, no momento em que ela ocorre, pelo propósito da troca conversacional na qual estás envolvido.<sup>126</sup>

Este princípio pode, por sua vez, especificar-se por quatro máximas conversacionais: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo.<sup>127</sup> Cada uma destas máximas regula ainda outras máximas e sub-máximas:<sup>128</sup>

*Categoria da Quantidade* (diz respeito à quantidade de informação a ser fornecida):

1. Faz a tua contribuição tão informativa quanto é requerido (para os fins actuais da troca).
2. Não faças a tua contribuição mais informativa do que é requerido.

*Categoria da Qualidade* (diz respeito à veracidade da informação a ser fornecida):

Tenta fazer da tua contribuição uma contribuição verdadeira:

1. Não digas aquilo que crês ser falso.
2. Não digas aquilo para o qual não tens provas suficientes.

*Categoria da Relação* (diz respeito à pertinência da informação a ser fornecida):

1. Sê relevante.

*Categoria do Modo* (diz respeito à clareza, brevidade e ordem da informação a ser fornecida):

1. Evita a obscuridade de expressão.

---

<sup>126</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 26.

<sup>127</sup> Grice parece claramente inspirar-se em Kant, que tinha proposto dividir os conceitos puros do entendimento nestas mesmas categorias. Cf. KANT, I. – *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 104, A 70.

<sup>128</sup> Cf. GRICE, H. P. - “Logic and conversation”. pp. 26-27.

2. Evita a ambiguidade.
3. Sê breve (evita prolixidade desnecessária).
4. Sê ordenado.

Há outro tipo de máximas que são, de uma forma geral, respeitadas na conversação, tal como “sê cortês”, que é uma máxima de carácter estético, social e moral; este tipo de máxima também pode gerar implicaturas não convencionais; mas Grice está mais interessado nas quatro máximas acima referidas, uma vez que estas, e as implicaturas conversacionais relacionadas com elas, estão especialmente relacionadas com o fim particular que a conversação está «adaptada a servir e é primariamente utilizada para servir», e que é «uma troca de informação maximamente eficaz».<sup>129</sup> A conversação é, deste ponto de vista, um caso particular de comportamento racional. Aliás, segundo Grice, às máximas precedentes correspondem máximas análogas aplicadas a operações diferentes da troca conversacional. Grice apresenta os seguintes exemplos:<sup>130</sup>

1. *Quantidade*. Se *x* está a ajudar *y* a consertar um carro, *y* espera que a contribuição de *x* não seja maior nem menor do que é requerido. Se, por exemplo, num estádio particular da situação, *y* precisa de quatro parafusos, *y* espera que *x* lhe entregue quatro parafusos, em vez de três ou cinco.

2. *Qualidade*. “Espero que as tuas contribuições sejam genuínas e não espúrias.” Se *x* precisa de açúcar como ingrediente para um bolo que *y* o está a ajudar a fazer, *x* não espera que *y* lhe passe o sal; se *x* precisa de uma colher, *x* não espera que *y* lhe passe uma colher de borracha.

3. *Relação*. “Espero que a contribuição de um parceiro seja adequada às necessidades imediatas a cada estádio da transacção.” Se *x* está a misturar ingredientes para um bolo, *x* não espera que lhe passem um bom livro, ou até um pano para o forno (embora isto possa ser uma contribuição apropriada num estádio subsequente).

4. *Modo*. “Espero que o meu parceiro torne claro qual a contribuição que está a fazer e que efectue o seu desempenho com razoável celeridade.”

---

<sup>129</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 28.

<sup>130</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 28.

Estas analogias são relevantes para aquilo que Grice encara como uma questão fundamental acerca do Princípio Cooperativo e das máximas que o assistem: qual é a base para a suposição que aparentemente se faz, e da qual resultará que dela depende uma grande variedade de implicaturas, de que os locutores irão em geral (*ceteris paribus*, e na ausência de indicações em contrário) proceder do modo que estes princípios prescrevem? Uma resposta possível a esta questão consiste em afirmar que as pessoas parecem, de facto, comportar-se desta maneira; adquiriram estes hábitos na infância e seria mais difícil livrarem-se deles do que simplesmente mantê-los; por exemplo, uma pessoa que aprendeu desde a infância que não deve mentir, pode sentir mais dificuldade em mentir do que em dizer a verdade. No entanto, Grice prefere encontrar uma base racional para este tipo de comportamento; ele «gostaria de ser capaz de pensar o tipo padrão de prática conversacional, não apenas como algo que todos ou a maioria seguem *de facto*, mas como algo que é *razoável* que sigamos, que *não devemos* abandonar». <sup>131</sup>

Outra ideia aparentemente defensável seria a de que a observância do Princípio Cooperativo e das suas máximas corresponderia a uma observância do tipo contratual, que se daria não apenas nas trocas conversacionais, mas também noutros tipos de transacção cooperativa. Por exemplo, se *x* se encontrar na berma da estrada a tentar consertar o seu carro avariado e o desconhecido *y* passar pelo local, *x* vai alimentar legítimas expectativas de que *y* o vai ajudar; se *y* imediatamente se reúne a *x* e começa a olhar para o motor do carro, as expectativas de *x* aumentam e assumem formas mais específicas. As transacções cooperativas teriam então as seguintes características:<sup>132</sup> (1) os participantes possuem um objectivo comum imediato (ex., consertar um carro); e os objectivos finais dos participantes não têm de ser idênticos; (2) as contribuições dos participantes devem ser articuladas e permanecer mutuamente dependentes; (3) existe um acordo, explícito ou tácito, de que, *ceteris paribus*, a transacção não deve ser interrompida até que ambas as partes concordem que ela deva terminar. No entanto, há certos casos de transacções cooperativas, tais como uma disputa verbal ou a escrita de uma carta, que não parecem ser convenientemente abrangidas por estas características; além disso, o falante que é

---

<sup>131</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 29.

<sup>132</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 29.

irrelevante ou obscuro, mais do que desapontar a sua audiência, desaponta-se a si mesmo. Atendendo a isto, Grice prefere mostrar que

A observância do Princípio Cooperativo e máximas é razoável (racional) de acordo com as seguintes linhas: que de todo aquele que se preocupa com os objectivos que são centrais para a conversação/comunicação (tais como dar e receber informação, influenciar e ser influenciado por outros) é esperado que tenha um interesse, dadas as circunstâncias adequadas, na participação em trocas conversacionais que serão proveitosas só na suposição de que são conduzidas em acordo geral com o Princípio Cooperativo e as máximas.<sup>133</sup>

Com esta demonstração em vista, Grice vai começar por mostrar a ligação entre o Princípio Cooperativo e as máximas.<sup>134</sup> Um participante numa troca conversacional pode falhar o cumprimento de uma máxima de várias maneiras, tais como: (1) o participante pode, discretamente, *violar* uma máxima, e assim enganar o interlocutor; (2) o participante pode *optar por sair* (opt out) da operação da máxima e do Princípio Cooperativo (pode, por exemplo, recusar-se a falar); (3) o participante pode deparar-se com um *choque* de máximas (pode, por exemplo, ser incapaz de respeitar a máxima da Quantidade sem violar a máxima da Qualidade); (4) o participante pode *desprezar* uma máxima. Por “desprezar uma máxima” Grice quer dizer «falhar muito claramente o seu cumprimento»<sup>135</sup>, e observa que se o locutor é capaz de cumprir a máxima e de fazê-lo sem violar outra máxima (devido a um choque de máximas), e se não está a optar por sair, e também não está (tendo em conta o claro falhanço do seu desempenho) a tentar enganar o interlocutor, então este depara-se com um problema menor: como pode aquilo que o locutor disse ser reconciliado com a pressuposição de que ele está a cumprir em todos os respeitos o Princípio Cooperativo? Esta situação dá caracteristicamente origem a uma implicatura conversacional; e quando uma implicatura conversacional é gerada desta maneira, Grice dirá que uma máxima está a ser *explorada*.<sup>136</sup>

Grice tem agora condições para caracterizar a noção de implicatura conversacional: pode-se afirmar de um locutor *U*, ao dizer (ou ao agir como se dissesse) que *p* implicou que *q*, pode-se afirmar que implicou conversacionalmente que *q*, desde que (1) se presuma

---

<sup>133</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 29-30.

<sup>134</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 30.

<sup>135</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 30.

<sup>136</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 30.

que *U* está a cumprir as máximas conversacionais, ou pelo menos o Princípio Cooperativo; (2) a suposição de que *U* está ciente de que *q* é necessária para tornar o acto de dizer (ou agir como se dissesse) *p* consistente com esta suposição; (3) *U* pense (e espere que o interlocutor pense que *U* pensa) que está dentro das competências do interlocutor concluir, ou compreender intuitivamente, que a suposição mencionada em (2) é necessária.<sup>137</sup>

Podemos aplicar esta caracterização ao caso acima descrito no qual A e B estão a falar acerca de um amigo mútuo C, que trabalha num banco, e em que B fala de C ainda não ter ido parar à prisão: num cenário adequado A pode raciocinar da seguinte maneira: “(1) B violou aparentemente a máxima ‘Sê relevante’ e então pode-se considerar que desprezou uma das máximas associadas à clareza, mas no entanto não tenho razão para supor que ele está a optar por sair da operação do Princípio Cooperativo; (2) dadas as circunstâncias, posso encarar a sua irrelevância como apenas aparente se, e só se, supuser que ele pensa que C é potencialmente desonesto; (3) B sabe que eu sou capaz de efectivar (“working out”) o passo (2). Assim, B implica que C é potencialmente desonesto.”<sup>138</sup>

Uma implicatura que seja apreendida intuitivamente, mas sem que possa ser substituída por um argumento, é apenas uma implicatura convencional. A presença de uma implicatura conversacional, por seu lado, é apreendida com recurso ao raciocínio; e mesmo quando é apreendida intuitivamente, pode sempre ser reconstruída como um argumento. Para se aperceber da presença de uma implicatura conversacional numa dada elocução, o interlocutor vai ter que se basear nos seguintes dados: (1) O significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referências que possam estar envolvidas; (2) o Princípio Cooperativo e as suas máximas; (3) o contexto, linguístico ou outro, da elocução; (4) outros itens de conhecimento de fundo (background knowledge); e (5) o facto (ou facto presumido) de que todos os itens relevantes que se encontram sob a alçada dos pontos prévios estão disponíveis para ambos os participantes e ambos os participantes sabem ou assumem que este é o caso.<sup>139</sup>

Daqui se conclui que é essencial para a implicatura conversacional que o interlocutor seja capaz de lidar com (“work out”) o conteúdo do estado psicológico do

---

<sup>137</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 30-31.

<sup>138</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 31.

<sup>139</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 31.

locutor no momento da elocução. Grice descreve assim o padrão geral para o processamento (“working out”) de uma implicatura conversacional por parte do interlocutor, que raciocina da seguinte maneira: “Ele disse que *p*; não há razão para supor que ele não está a cumprir as máximas, ou pelo menos o Princípio Cooperativo; ele não poderia estar a fazer isto a menos que pensasse que *q*; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que consigo ver que a suposição de que ele pensa que *q* é necessária; ele não fez nada para que eu parasse de pensar que *q*; ele pretende que eu pense, ou pelo menos permite que eu pense, que *q*; logo, ele implicou que *q*”.<sup>140</sup>

Grice oferece um número de exemplos de implicatura conversacional, que divide em três grupos.<sup>141</sup> No primeiro grupo, Grice dá exemplos nos quais nenhuma máxima é violada, ou pelo menos não é claro que alguma máxima é violada. Tome-se o seguinte exemplo: B aproxima-se de A que se encontra ao lado de um carro imobilizado; ocorre a seguinte troca conversacional:

(1) A: Estou sem gasolina.

B: Há uma garagem ao virar da esquina.

B estaria a infringir a máxima “Sê relevante” se não pensasse que a garagem está aberta e tem gasolina para vender; logo ele implica que a garagem está, ou pode estar, aberta. Neste exemplo, ao contrário do que acontece na observação *Ele ainda não foi parar à prisão*, a ligação não declarada entre a observação de B e a observação de A é tão óbvia que se torna desnecessário afirmar que a máxima “Sê claro” foi infringida. Já o próximo exemplo é menos claro:

(2) A: Smith não parece ter namorada.

B: Ultimamente ele tem feito muitas visitas a Nova Iorque.

---

<sup>140</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 31.

<sup>141</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 32-37.

Aqui, B implica que Smith tem, ou pode ter, uma namorada em Nova Iorque. Tanto em (1) como em (2), o locutor implica aquilo em que tem de acreditar para preservar a suposição de que está a respeitar a máxima da Relação.

No segundo grupo, Grice dá exemplos nos quais uma máxima é violada, mas cuja violação é explicada pela suposição de um choque com outra máxima. Tome-se o seguinte exemplo: A planeia com B um itinerário para umas férias em França. Ambos sabem que A quer visitar o seu amigo C, se isso não implicar um prolongamento excessivo da viagem:

(3) A: Onde vive C?

B: Algures no Sul de França.

A resposta de B é menos informativa do que é requerido por A, mas não há razão para supor que B está a optar por sair da operação da máxima. Esta infracção à primeira máxima da Quantidade pode ser explicada pela suposição de que B pensa que ao ser mais informativo estaria a infringir a segunda máxima da Categoria da Qualidade: “Não digas aquilo para o qual não tens provas suficientes”. Desta maneira, B implica que não sabe onde C vive.

Num terceiro grupo, Grice dá exemplos que envolvem exploração de uma máxima, ou seja, um procedimento pelo qual uma máxima é desprezada com o objectivo de conseguir uma implicatura conversacional por meio de uma figura de estilo (*figure of speech*). Neste tipo de exemplos, embora uma máxima seja violada ao nível daquilo que é dito, o interlocutor está intitulado a assumir que essa máxima, ou pelo menos de forma geral o Princípio Cooperativo, é respeitado ao nível do que é implicado.

(1a) Há exemplos nos quais a primeira máxima da Quantidade é desprezada. A escreve uma apreciação acerca de um aluno que se candidata a emprego na área da filosofia, e a sua carta diz o seguinte: “Caro Senhor, o domínio do inglês da parte do Sr. X é excelente e ele tem tido uma presença assídua nas aulas. Respeitosamente, etc.”. A não optou por sair da operação da máxima, uma vez que para não ser cooperante bastar-lhe-ia não escrever a carta. Ele também não pode ignorar mais dados acerca do seu aluno, visto

que A é seu professor. Além disso, A sabe que lhe é pedida mais informação do que esta. Logo, A deve desejar transmitir certa informação acerca da qual se sente relutante em explicitar na carta. Esta suposição só se sustenta se A quiser implicar que o Sr. X não tem talento para a filosofia.

Exemplos mais extremos do desprezo da primeira máxima da Quantidade estão presentes nas elocuições de algumas manifestas tautologias, tais como “Mulheres são mulheres” ou “Guerra é guerra”. Ao nível daquilo que é dito, no sentido griceano, estas elocuições não são informativas; são-no ao nível daquilo que é implicado, e a identificação do seu conteúdo pelo interlocutor é dependente da sua capacidade em explicar a selecção destas elocuições em particular pelo locutor.

(1b) A transgressão da segunda máxima da Quantidade, “Não faças a tua contribuição mais informativa do que é requerido”, na suposição que a existência de tal máxima deve ser admitida: A quer saber se  $p$ , e B informa-o que  $p$ , e além disso informa A que é certo que  $p$ , e dá-lhe provas de que é o caso que  $p$  é tal e tal. Neste caso, a inconstância de B pode ser involuntária, e, se A a interpretar dessa forma, A pode duvidar acerca da certeza da parte de B de que  $p$ . Se A interpretar a inconstância de B como voluntária, então a inconstância seria uma forma ambígua de transmitir que é controverso que  $p$ .

(2a) Há exemplos nos quais a primeira máxima da Qualidade é desprezada. Um exemplo é a *ironia*. A teve até agora uma relação próxima com X, mas X revelou um segredo que lhe fora confiado por A a um negociante rival. A e a sua audiência sabem disto, e A afirma “X é um óptimo amigo”. É claro para A e para a sua audiência que aquilo que A disse é algo em que ele não acredita, e a audiência sabe que A sabe que isto é óbvio para a audiência. Logo, A está a tentar comunicar uma outra proposição que não a proferida. Esta proposição deve estar relacionada de forma óbvia com aquela que foi proferida; a relação mais óbvia é a de contradição.

No caso da *metáfora*, frases como “you are the cream in my coffe” envolvem uma falsidade categorial, de maneira que a sua contradição seria um truísmo. Logo, o locutor não pretende comunicar o contraditório da frase que proferiu. Em casos como este, o locutor atribui ao seu interlocutor características apenas semelhantes às da substância

mencionada na elocução. Pode-se combinar metáfora e ironia impondo ao interlocutor dois momentos interpretativos. O locutor diz “you are the cream in my coffee” com a intenção de que o interlocutor, num primeiro momento, interprete a frase como significando metaforicamente “you are my pride and joy”, e num segundo momento como significando ironicamente “you are my bane”. Tem-se ainda a *meiose* (o locutor diz de um homem que partiu toda a mobília que “Ele estava um pouco embriagado”) e a *hipérbole* (“Every nice girl loves a sailor”).

(2b) Há exemplos nos quais a segunda máxima da Qualidade é desprezada. O locutor diz acerca da mulher de X que “Ela está provavelmente a enganá-lo esta noite”. No contexto apropriado ou com o tom de voz apropriado, torno claro ao meu interlocutor que não tenho provas suficientes para a minha afirmação. O interlocutor, para preservar a suposição de que o jogo conversacional ainda está a ser jogado, assume que o locutor procura comunicar uma proposição para a qual o interlocutor possui uma base razoável de aceitação. A proposição pode ser a de que a mulher de X é o tipo de pessoa capaz de enganar o seu marido.

(3) Exemplos nos quais uma implicatura é conseguida por uma violação real da máxima da Relação: numa festa da sociedade, A diz que “A Sra. X é um saco velho”. Segue-se um momento de silêncio estarecido e B diz que “O tempo tem estado ótimo este Verão, não tem?”. B profere uma elocução flagrantemente não relevante em relação à elocução de A. Desta forma, B implica que a observação de A não deve ser discutida, e que, mais especificamente, A cometeu uma “gafe” social.

(4) Exemplos nos quais várias máximas abrangidas pela máxima “Sê claro” são desprezadas. Tome-se a *ambiguidade*: trata-se de casos em que a ambiguidade é deliberada, e em que o locutor pretende que ela seja reconhecida pelo interlocutor. Ao interlocutor surge o problema de saber porque é que no decorrer do jogo conversacional o locutor profere uma elocução ambígua. Há dois tipos de caso:

(a) Exemplos nos quais não há diferença entre duas interpretações de uma elocução em termos de simplicidade, e em que nenhuma das interpretações é mais sofisticada ou menos padronizada do que a outra. Considere-se os versos de Blake: “Never seek to tell thy love, love that never told can be”. De maneira a evitar-se as complicações levantadas

pelo modo imperativo, altere-se a frase para “I sought to tell my love, love that never told can be”. “My love” pode ser uma referência a um estado emocional ou a um objecto de emoção, e “love that never told can be” pode significar “Amor que não pode ser dito” ou “Amor que se for dito não pode continuar a existir”. Devido à sofisticação de Blake, e também devido ao facto de que a ambiguidade é mantida, parece razoável considerar-se que as ambiguidades são deliberadas e que o poeta está a transmitir (e não a “dizer”) aquilo que ele diria se fosse pretendida uma das interpretações e não a outra, e vice-versa.

(b) Exemplos nos quais uma interpretação é menos simples ou directa do que outra: um general britânico captura a cidade de Sind e envia uma mensagem que diz “Peccavi” (“pequei” em latim). Há uma ambiguidade fonética (“I have Sind” (Eu tenho Sind)/ “I have sinned” (“Pequei”)); e a expressão usada não é ambígua, mas uma vez que pertence a uma língua estrangeira a locutor e interlocutor, é necessária uma tradução. A ambiguidade reside, neste caso, na tradução para o inglês nativo. Mesmo que a interpretação directa (“I have sinned”) não seja transmitida, a interpretação indirecta deve ser transmitida. Pode haver razões de estilo para transmitir por meio de uma frase apenas a sua interpretação indirecta, mas não teria sentido procurar uma expressão que transmita indirectamente *p*, impondo assim sobre a audiência o esforço de encontrar esta interpretação, se esta interpretação fosse ociosa no que diz respeito à comunicação. A transmissão da interpretação directa depende do facto dela entrar ou não em conflito com outros requisitos conversacionais, como, por exemplo, a relevância da interpretação, a sua aceitabilidade por parte do locutor, etc. Se estes requisitos não são satisfeitos, então a interpretação directa não está a ser transmitida; se são satisfeitos, então a interpretação directa está a ser transmitida. Se se pensasse que o locutor de “Peccavi” tinha cometido a transgressão de, por exemplo, ter desobedecido a ordens ao capturar Sind, e se a referência a essa transgressão fosse relevante para os interesses da audiência, então ele teria transmitido ambos os interpretantes; doutra maneira teria apenas transmitido o interpretante indirecto.

Veja-se agora o caso da *obscuridade*. Para que o Princípio Cooperativo funcione, o locutor deve pretender que o interlocutor compreenda aquilo que ele diz apesar da obscuridade que o locutor possa trazer à elocução. Suponha-se que A e B conversam na presença de uma criança; neste caso, A pode ser deliberadamente obscuro, embora não

demasiado, na esperança de que A o compreenda mas que a criança o não compreenda. Além disso, se A espera que B compreenda que A está a ser deliberadamente obscuro, parece razoável supor que A está a implicar que o conteúdo da sua elocução não deve ser comunicado à criança.

Outro caso é o da *incapacidade em ser breve ou sucinto*. Comparem-se as observações: (a) *a Sra. X cantou “Home Sweet Home”* com (b) *a Sra. X produziu uma série de sons que correspondiam aproximadamente à partitura de “Home Sweet Home”*. Suponha-se que um crítico proferiu (b) em vez de (a). Ele proferiu “...produziu uma série de sons que correspondiam aproximadamente à partitura de...” em vez de “...cantou...”, para indicar uma diferença marcante entre a execução da Sra. X e aquilo a que usualmente se dá o nome de “cantar”. Supõe-se que a execução da canção foi defeituosa. O crítico sabe que esta suposição é a mais provável de ser interpretada pela audiência, logo, é essa suposição que ele implica.

Grice apenas considerou até agora casos de “*implicatura conversacional particularizada*”:

Casos nos quais uma implicatura é realizada ao dizer-se que *p* numa ocasião particular em virtude de características especiais do contexto, casos nos quais não há espaço para a ideia de que uma implicatura deste tipo é normalmente realizada ao dizer-se que *p*.<sup>142</sup>

Mas também existem casos de implicatura conversacional *generalizada*. Por vezes, pode-se afirmar que o uso de uma certa forma de palavras numa elocução realiza normalmente uma certa implicatura ou um tipo de implicatura. Grice dá o seguinte exemplo:<sup>143</sup>

Qualquer pessoa que use a frase com a forma “X vai encontrar-se com uma mulher esta noite” normalmente implica que a pessoa com que X vai encontrar-se não é a sua mulher, mãe ou irmã. Da mesma forma, se alguém disser “Ontem, X entrou numa casa e encontrou uma tartaruga lá dentro”, o interlocutor ficaria surpreendido se mais tarde o locutor lhe revelasse que se tratava da casa de X.

---

<sup>142</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 37.

<sup>143</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 37-38.

Grice pensa que seria difícil aceitar a sugestão de um filósofo que afirmasse que há três sentidos para a forma de expressão “um X”: (i) “um X” significa “algo que satisfaz as condições que definem a palavra X”; (ii) “um X” significa “um X (no primeiro sentido) que apenas está remotamente relacionado de uma certa maneira a uma pessoa indicada pelo contexto”; (iii) “um X” significa “um X (no primeiro sentido) que está intimamente relacionado de uma certa maneira a uma pessoa indicada pelo contexto”.

Para Grice, seria preferível a seguinte explicação:

Quando alguém, ao usar a forma de expressão “um X”, implica que o X não pertence ou não está intimamente relacionado com uma pessoa identificável, a implicatura está presente porque o falante falhou em ser específico de uma maneira pela qual era esperado que fosse específico, com a consequência de que é provável que se assuma que ele não se encontra numa posição para ser específico.<sup>144</sup>

Esta é uma situação habitual de implicatura, e é classificável como um incumprimento da primeira máxima da Quantidade.

Resta responder à seguinte questão: porque deve ser presumido, em certos casos, que, independentemente da informação acerca de contextos particulares de elocução, a especificação da intimidade ou afastamento entre uma pessoa ou objecto e uma outra pessoa que é mencionada ou indicada pela elocução deve ter algum interesse? Pode-se responder da seguinte maneira:

As transacções entre uma pessoa e outras pessoas ou coisas intimamente relacionadas com ela são susceptíveis de serem muito diferentes, no que diz respeito aos seus concomitantes e resultados, do mesmo tipo de transacções que envolvem pessoas ou coisas apenas remotamente relacionadas; por exemplo, os concomitantes e resultados de se encontrar um buraco no próprio telhado são diferentes dos concomitantes e resultados de se encontrar um buraco no telhado de outra pessoa.<sup>145</sup>

Segundo Grice, a informação é como o dinheiro: pode ser dada sem que o doador saiba o uso que lhe vai ser dada pelo beneficiário. Se alguém a quem é mencionada uma transacção a analisar com alguma profundidade, é provável que pretenda as respostas a certas questões que o locutor pode não ser capaz de identificar antecipadamente; se a especificação apropriada for capaz de habilitar o interlocutor a responder ele mesmo a uma

---

<sup>144</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 38.

<sup>145</sup> GRICE, H. P. - *op. cit.* p. 38.

variedade considerável dessas questões, então presume-se que o locutor a deve incluir na sua observação; se a especificação não for capaz de habilitar o interlocutor a responder ele mesmo a uma variedade considerável dessas questões, então não se presume que o locutor a deva incluir na sua observação.

Tendo-se mostrado em que consiste a implicatura conversacional, pode-se-lhe – de acordo com Grice - atribuir finalmente as seguintes características:<sup>146</sup>

1. Para se assumir a presença de uma implicatura conversacional, tem de se assumir que, no mínimo, o Princípio Cooperativo é respeitado; e uma vez que é possível optar por sair da observância deste Princípio, então é possível *cancelar* uma implicatura conversacional generalizada num caso particular. A implicatura conversacional generalizada pode ser cancelada explicitamente pelo acréscimo de uma cláusula que afirme ou implique que o locutor optou por sair (opted out), ou pode ser cancelada contextualmente, se a forma de elocução que a transmite for usada num contexto que mostre com clareza que o locutor opta por sair.

2. Nos casos em que o *cálculo* da presença de uma implicatura conversacional necessite apenas do conhecimento daquilo que foi dito, e em que o modo de expressão não tenha qualquer papel nesse cálculo, então não será possível encontrar outra maneira de dizer a mesma coisa, a que falte a implicatura em questão, excepto no caso em que uma característica especial da versão substituída for relevante para a determinação de uma implicatura (devido a uma das máximas da categoria do Modo). Se a esta característica for dada o nome de *inseparabilidade* (nondetachability), então pode-se esperar que uma implicatura conversacional generalizada que seja transmitida por uma elocução familiar tenha um alto grau de inseparabilidade.

3. Uma vez que o cálculo da presença de uma implicatura conversacional pressupõe um conhecimento inicial da força convencional da expressão cuja elocução transmite a implicatura, então um implicatum conversacional será uma condição não incluída na especificação original da força convencional da expressão. Embora não seja impossível que aquilo que começa por ser uma implicatura conversacional se venha a tornar uma convenção, a suposição de que isto acontece num caso em particular necessitaria de uma

---

<sup>146</sup> Cf. GRICE, H. P. - *op. cit.* pp. 39-40.

justificação especial. Assim, pelo menos inicialmente, os implicata conversacionais não fazem parte do significado daquelas expressões a cujo emprego estão vinculados.

4. Uma vez que o valor de verdade de um implicatum conversacional não está necessariamente ligado ao valor de verdade daquilo que é dito (aquilo que é dito pode ser verdadeiro; aquilo que é implicado pode ser falso), então a implicatura não é transmitida por aquilo que é dito, mas apenas pelo acto de dizer-se aquilo que é dito.

5. Uma vez que o cálculo de uma implicatura conversacional é o cálculo daquilo que deve ser suposto de maneira a preservar-se a suposição de que o Princípio Cooperativo está a ser respeitado, e uma vez que podem existir várias explicações específicas possíveis, então o implicatum conversacional nesses casos será uma disjunção dessas explicações específicas; e se a lista destas estiver em aberto, então o implicatum vai ter o tipo de indeterminação que muitos implicata parecem ter.

## 6. Uma breve comparação entre Grice, Wittgenstein e Chomsky.

Neste capítulo faz-se uma breve contextualização da teoria griceana do significado, comparando-a com as teorias de L. Wittgenstein e N. Chomsky.

As teorias do significado têm sido tradicionalmente divididas em dois campos teóricos, cada um dos quais atribui um papel essencialmente diferente aos falantes e às suas intenções.<sup>147</sup> De um lado tem-se as teorias formais do significado, que centram o interesse na estrutura formal da linguagem e nas relações entre frases; pode-se incluir Bertrand Russell, Donald Davidson e Noam Chomsky como alguns dos seus representantes. Do outro lado tem-se as teorias do uso, que dão ênfase ao papel dos falantes, aos seus actos e intenções; as teorias do uso são representadas por filósofos como L. Wittgenstein, J.L Austin e Paul Grice, entre outros. Procura-se de seguida comparar de forma breve as teorias da linguagem de Wittgenstein e Chomsky com a teoria de Grice.

### 6.1 Grice e Wittgenstein.

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein concebe a filosofia como um «combate contra o embruxamento do intelecto pelos meios da nossa linguagem».<sup>148</sup> Assim, a filosofia deve ser encarada como uma actividade de clarificação, que desmascara os problemas filosóficos e os revela como sendo desprovidos de sentido. Este tipo de investigação tem uma natureza gramatical<sup>149</sup> e, sendo uma actividade de clarificação, não procura construir teorias; ao invés, deixa «tudo ser como é»<sup>150</sup>.

Wittgenstein pede que se considere a variedade de maneiras<sup>151</sup> e a falta de precisão com que a linguagem é usada no seu uso comum. Tendo isto em consideração, é necessária uma descrição cuidadosa da gramática da linguagem comum, com o objectivo de

---

<sup>147</sup> Cf. AVRAMIDES, A. – “Intention and Convention”. In: HALE, B.; WRIGHT, C. – *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell, 2005, p. 61.

<sup>148</sup> WITTGENSTEIN, L. – *Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 257, Parte I: P. 109.

<sup>149</sup> Cf. WITTGENSTEIN, L. – *op. cit.* p. 249, Parte I: P. 90.

<sup>150</sup> WITTGENSTEIN, L. – *op. cit.* p. 124, Parte I: P. 124.

<sup>151</sup> Cf. WITTGENSTEIN, L. – *op. cit.* pp. 189-190, Parte I: P. 23.

representar as implicações inerentes ao uso da linguagem, bem como as condições externas sob as quais este uso faz afinal sentido. Uma vez que os problemas filosóficos surgem quase sempre de más interpretações da linguagem comum, é esta que deve ser investigada tal como é, e não fazendo referência a uma sua idealização.<sup>152</sup>

Wittgenstein chama “jogos de linguagem” às práticas que envolvem significado e em que linguagem e comportamento interagem. Os diferentes jogos de linguagem têm as suas gramáticas características, e não é necessário supor que estas diferenças sejam reguladas por um jogo de linguagem dominante; ao invés, cada jogo de linguagem deve ser investigado separadamente até que se possa dizer de cada um deles: «*este jogo de linguagem joga-se*»<sup>153</sup>. No entanto, aquilo que os jogos de linguagem têm em comum é o facto de todos eles envolverem a obediência a regras; estas manifestam-se pelas práticas dos falantes quando estes estão envolvidos num determinado jogo de linguagem. Estas práticas são capazes de nos permitir encontrar regras, uma vez que, para Wittgenstein, o significado de uma palavra é «o seu uso na linguagem»<sup>154</sup>.

A filosofia da “linguagem comum”, que surge no pós-guerra através do trabalho de Gilbert Ryle, John Austin e Peter Strawson, partilha com as *Investigações* a ênfase dada à gramática dos jogos de linguagem comuns. Tanto Wittgenstein como estes filósofos assumem a existência de certas implicações no uso comum da linguagem que possuem uma importância central para a compreensão dos conceitos nele aplicados, mas que são negligenciadas na discussão filosófica acerca desses conceitos.<sup>155</sup> Grice desenvolverá o seu estilo filosófico no seio desta escola, e também ele atribuirá uma importância crucial ao facto do significado ser um processo que ocorre em certos contextos, envolvendo locutores e interlocutores. Mas, ao aceitar-se que o estudo do uso é o único estudo legítimo do significado, como faz Wittgenstein, pode perder-se de vista o estudo do significado literal das elocuições. Grice repõe o equilíbrio ao propor a tese de que existe uma distinção clara entre a implicatura conversacional, que é inerentemente dependente do desejo do locutor

---

<sup>152</sup> Cf. WITTGENSTEIN, L. – *op. cit.* p. 260, Parte I: P. 120.

<sup>153</sup> WITTGENSTEIN, L. – *op. cit.* p. 488, Parte I: P. 654.

<sup>154</sup> WITTGENSTEIN, L. – *op. cit.* p. 207, Parte I: P. 43.

<sup>155</sup> Cf. BALDWIN, T. – “Philosophy of Language in the Twentieth Century”. In: LEPORE, E.; SMITH, B. (eds.) – *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 91-96.

em aproveitar-se da capacidade que a audiência tem de compreender aquilo que o locutor está a tentar comunicar quando profere aquilo que profere à luz do contexto de conversação, e “aquilo que é dito” através do uso de uma frase numa ocasião particular, que Grice precisamente encara como sendo determinado por convenções gerais que regem o uso da linguagem, e que portanto não é dependente do contexto conversacional no qual a frase é usada.

## 6.2 Grice e Chomsky.

A Chomsky interessa-lhe sobretudo a formulação dos princípios abstractos que determinam a estrutura e utilização da linguagem; esses princípios são universais por necessidade biológica e não apenas por contingência histórica, tendo origem em características mentais presentes na espécie humana.<sup>156</sup> Veja-se o caso de uma criança, que adquire o conhecimento da linguagem humana muito cedo e sem treino específico, conseguindo fazer uso dum estrutura complexa de regras e princípios para comunicar pensamentos, sentimentos e provocar reacções numa audiência. Como consegue ela adquirir um sistema de conhecimento tão rico, tendo em conta uma experiência tão curta? Uma maneira de responder a esta questão pode ser conseguida através de uma teoria da aprendizagem, que Chomsky designa de TA (O, D). O *input* do sistema é constituído por uma análise dos elementos de D (domínio do conhecimento) por O (organismo); o *output* é uma estrutura cognitiva do mesmo tipo. A teoria da aprendizagem dos humanos no domínio da língua (TA (H, L)) será o sistema de princípios pelos quais os humanos chegam ao conhecimento de uma língua a partir da experiência linguística.<sup>157</sup>

Chomsky considera inútil investigar-se directamente a relação entre experiência e acção. A investigação das “causas do comportamento” passaria primeiramente pela TA, que relaciona a experiência com o estado cognitivo, EC, e seguidamente por um mecanismo (Mcs) que relaciona as condições de estímulo com o comportamento, a partir

---

<sup>156</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *Reflexões Sobre a Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 10.

<sup>157</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *op. cit.* p. 20.

do estado cognitivo EC. A distinção conceptual entre *competência* (o conhecimento da língua pelos falantes) e *performance* (a efectivação desse conhecimento) é uma condição prévia para uma investigação do comportamento linguístico. Tendo presentes estes dados, pode-se definir a TA (H, L) como «o sistema de mecanismos e princípios postos em funcionamento na aquisição do conhecimento da linguagem [aquisição da “gramática”] (...) partindo dos dados que constituem uma amostra correcta e adequada dessa língua».<sup>158</sup> A gramática, que é um sistema de regras e princípios que determinam as características formais e semânticas das frases, é utilizada na fala e na compreensão de uma língua. Uma das estruturas cognitivas que faz parte do estado cognitivo EC alcançado é precisamente a gramática.

Chomsky define a “gramática universal” (GU) como «o sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade».<sup>159</sup> A GU exprime a essência da linguagem humana: é invariável para todos os seres humanos e especifica o que a aprendizagem de uma língua deve realizar. A GU não é aprendida; ela faz parte das condições de aprendizagem de uma língua.

Assim, para Chomsky, a teoria da linguagem é a parte da psicologia humana que estuda um “órgão” mental, neste caso a linguagem humana. A faculdade de linguagem, estimulada por uma experiência adequada, cria uma gramática que gera frases com características semânticas. Desta forma, o indivíduo *conhece* a língua gerada por essa gramática, apesar de dois indivíduos da mesma comunidade linguística poderem adquirir gramáticas (agora no sentido mais habitual deste termo) que diferem em grau e subtileza. Aprender uma língua é essencialmente «um problema de preencher pormenorizadamente uma estrutura inata».<sup>160</sup>

Se, para as teorias do uso, a linguagem é o sistema comunicativo por excelência, então deve parecer despropositado (ou pelo menos insuficiente) insistir no estudo da estrutura da linguagem independentemente da sua função comunicativa. Chomsky, ao defender que as estruturas sintácticas das linguagens humanas são produtos das

---

<sup>158</sup> CHOMSKY, Noam – *op. cit.* p. 35.

<sup>159</sup> CHOMSKY, Noam – *op. cit.* p. 36.

<sup>160</sup> CHOMSKY, Noam – *op. cit.* p. 46.

características inatas da mente humana e que não têm relação significativa com a comunicação, estaria a subvalorizar o facto das pessoas usarem a linguagem com um fim primariamente comunicativo.

Efectivamente, Chomsky rejeita a perspectiva de que a linguagem sirva essencialmente a comunicação: para ele a linguagem é essencialmente um sistema de expressão do pensamento.<sup>161</sup> Explicar a GU com base em considerações funcionais seria um erro. Faça-se uma analogia com um órgão físico como o coração: é pouco provável que explicações funcionais levem o investigador muito longe se este não se preocupar com a estrutura do órgão que desempenha essas funções. É uma questão de facto, e não uma questão de convenção, se a organização da linguagem envolve ou não uma sintaxe autónoma. Além disso, Chomsky afirma que é possível utilizar a linguagem no seu sentido mais restrito sem intenção de comunicar. Embora uma frase tenha um significado “normal”, as intenções que se possam ter em relação a um ouvinte podem não esclarecer esse significado. Chomsky usa como exemplo o facto de ter, enquanto estudante, escrito um longo manuscrito pressupondo que nunca seria publicado nem lido por ninguém; afirma que tinha querido-dizer aquilo que escreveu, não pretendendo que alguém acreditasse naquilo em que ele acreditava, tendo como certo que não havia um interlocutor.<sup>162</sup>

Apesar de Grice ter tentado resolver o problema do significado do locutor na ausência de uma audiência<sup>163</sup>, Chomsky não aceita que um locutor tenha as intenções descritas por Grice. Para Chomsky, um locutor, no caso de expressão própria e sincera, não se preocupa com a audiência; no caso da conversação casual, as intenções do locutor em relação a uma audiência hipotética não precisam de ir além das suas intenções em relação à audiência que existe de facto e não há razão para haver intenção de que a audiência de facto existente acredite que os sentimentos do locutor são tais e tais.<sup>164</sup> Em todos estes casos, as expressões são utilizadas com o seu significado linguístico restrito independentemente das intenções do locutor em relação a um interlocutor.

---

<sup>161</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *op. cit.* p. 64.

<sup>162</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *op. cit.* p. 68.

<sup>163</sup> Cf. GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning and Intentions”. pp. 112-116.

<sup>164</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *Reflexões Sobre a Linguagem.* p. 75.

Para Chomsky, há mesmo em Grice um regresso ao behaviorismo. Grice apresenta um sistema de definições que se baseiam na “esperteza”, “prática” e “hábito” do locutor, na linha de um reportório de procedimentos; mas um locutor deve estar preparado para utilizar uma expressão, isto é, deve mostrar *competência*, conceito que Grice considera problemático. Chomsky afirma que este conceito só pode ser problemático para um behaviorista, embora não para uma perspectiva que considera os seres humanos como organismos de um mundo natural. Grice sugere que uma pessoa pode ter um procedimento para uma expressão se o acto de proferi-la nas circunstâncias tais e tais fizer parte do hábito de muitos membros do grupo a que essa pessoa pertence; esta sugestão é considerada inútil por Chomsky. Para Chomsky, não há práticas, costumes ou hábitos que possam conduzir o investigador na explicação da utilização criadora normal da linguagem. Assim, qualquer falante do português está “preparado” no sentido griceano para compreender uma frase desta página, embora possa não ter a experiência ou facilidade de proferir essa frase em qualquer circunstância.<sup>165</sup>

Uma outra dificuldade que Chomsky encontra em Grice é a sua passagem de elocuições não estruturadas para elocuições estruturadas. Esta passagem é feita nos termos do conceito de procedimento resultante, que é usado no sentido de uma regra. No entanto, para Grice, a razão pela qual se aceitam essas regras implicitamente é um mistério por decifrar. Segundo Chomsky, o mistério a que Grice se refere pode ser atenuado ao distinguirem-se duas noções de aceitação de regras: na aquisição de linguagem e na utilização de linguagem. Para Chomsky, as regras da linguagem não são aceites por determinadas razões mas são desenvolvidas pelo organismo humano quando perante certas condições objectivas, tal como os órgãos do corpo se desenvolvem de maneira predeterminada quando existem condições apropriadas. O mistério só existe precisamente quando se tenta explicar o desenvolvimento de regras em termos de experiências e costumes. O mistério manter-se-ia, no entanto, quando se trata da aceitação de regras na utilização da linguagem.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *op. cit.* pp. 82-83.

<sup>166</sup> Cf. CHOMSKY, Noam – *op. cit.* pp. 84-85.

O trabalho de Grice pode, a nosso ver, ser encarado como uma tentativa de esclarecimento deste último mistério identificado por Chomsky.

## **Conclusão**

O objectivo primeiro deste trabalho foi o de apresentar os elementos fundamentais da teoria da linguagem de Grice. Trata-se de uma teoria – ou um programa – cuja avaliação integral nos parece ainda estar em aberto, podendo até mesmo merecer tornar-se o objecto de um outro trabalho, eventualmente com maior amplitude de autores tratados do que este. O quadro geral em que essa avaliação pode decorrer está esboçado no sexto capítulo, onde se comparam as posições de Grice com as de Wittgenstein e Chomsky. Atendendo a isto, opta-se, nesta conclusão, por recapitular o trajecto seguido.

No primeiro capítulo procedeu-se à apresentação da análise básica do significado de Paul Grice, utilizando-se para esse fim um método dialéctico, à imagem do próprio Grice. Começou-se por fazer uma distinção entre significado natural e significado não-natural de uma elocução, procedendo-se ao estudo deste último. Grice recusa a explicação causal do significado sugerida por C. L. Stevenson, e propõe uma linha mais promissora da teoria do significado, que invoca uma elucidação do significado não-natural numa ocasião particular para que se possa compreender o significado não-natural intemporal. Grice chega a uma definição básica do significado não-natural, em que afirma que um locutor quer-dizer algo ao proferir uma elocução se a proferiu com a intenção de produzir uma certa resposta numa audiência, sendo necessário que essa audiência reconheça essa intenção da parte do locutor, e que esse reconhecimento funcione, pelo menos em parte, como razão para a sua resposta.

No segundo capítulo discutiu-se a suficiência da análise básica do significado. Grice acrescenta novas condições à definição, mas que vão levar a uma situação de aparente regressão infinita. Este problema vai ser resolvido recorrendo-se essencialmente a uma condição que proíbe o locutor de ter intenções de enganar a audiência. Grice explica porque é que esta condição é essencial recorrendo à noção de valor, que se integra na semântica através da ideia de que a significação tende para um estágio óptimo e a que se recorre de forma implícita na análise do significado do locutor. Se os locutores podem mesmo ter intenções infinitas, então um estado óptimo vai ser um estado aproximado a um estado ideal. Grice rebate as objecções lançadas por John Searle contra a sua teoria,

afirmando que Searle restringe “significar algo” à elocução de frases e ao seu significado convencional. Para Grice, é possível querer-dizer algo sem recorrer ao significado convencional das palavras que se profere. Tendo em consideração que o reconhecimento das intenções do locutor por parte da audiência deve ser baseado no reconhecimento de uma característica distintiva na elocução proferida, chega-se a uma formulação suficiente para explicar o significado não-natural de uma elocução. Esta definição sugere a ideia de que a base para a comunicação entre indivíduos é uma certa compreensão mútua – e esta ideia será depois explorada por Grice.

No terceiro capítulo discutiu-se a necessidade da análise básica do significado. Grice, por uma questão de simplicidade, abrevia a definição básica para “*U profere  $x$  com a intenção  $M$  de que  $A$  produza  $r$ ”*. Grice pretende corrigir a sua ideia original de que as elocuções indicativas estariam relacionadas com a geração de crenças, e que as elocuções imperativas estariam relacionadas com a geração de acções; agora afirma que o locutor profere uma elocução  $x$  com a intenção  $M$  de que a audiência tenha a intenção de fazer tal e tal. Feita esta correcção, Grice tenta dar resposta aos dois tipos de contra-exemplo à necessidade da análise: um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos do significado do locutor em que este tem a intenção de produzir uma certa resposta mas não pretende que parte da razão para a resposta dada seja a intenção do locutor em produzir essa resposta na audiência; e um tipo de contra-exemplo que tenta mostrar que há casos de significado do locutor em que este não pretende produzir uma resposta numa audiência particular. Após apresentar alguns exemplos do primeiro tipo, Grice propõe uma distinção entre elocuções puramente representativas e elocuções protréticas. Grice tem agora condições para chegar a uma definição que tem em consideração que a resposta pretendida  $M$  é sempre uma atitude proposicional. Após tratar alguns exemplos do segundo tipo, Grice chega a uma definição que responde a este tipo de objecções, substituindo o recurso a uma audiência efectiva pelo apelo a uma audiência possível.

No quarto capítulo discutiu-se a relação entre o significado das palavras e o significado do locutor. Grice começa por desenvolver uma explicação simplificada da noção de significado ocasional. Grice oferece uma definição de significado ocasional que

incorpora o dispositivo “\* $\psi$ ”, que funciona como um específico indicador de humor que corresponde à atitude proposicional “fazer  $\psi$ ”. De seguida, Grice tenta definir o significado intemporal para elocuições-tipo não estruturadas. Usando como exemplo um gesto (um aceno de mão), Grice pondera acerca de qual será o seu significado intemporal para um indivíduo e pondera a extensão desta ideia a grupos de indivíduos. Desta maneira mantém-se distinta a ideia de um significado estabelecido da ideia de significado convencional. Chega-se a uma definição que inclui a noção de se “ter um determinado procedimento no reportório”. Grice vira-se de seguida para a noção de significado intemporal para um grupo ou classe de indivíduos, e chega a uma definição que tem em consideração que cada membro de algum grupo vai desejar que o seu procedimento respeitante a uma elocução se possa conformar com a prática geral do grupo. A definição de significado intemporal para um grupo ou classe de indivíduos acaba por ser uma definição daquilo que é o significado intemporal de uma elocução numa linguagem partilhada. Pode-se então tentar definir o significado intemporal aplicável a uma elocução-tipo não estruturada, tendo em conta que o locutor espera que a compreensão por parte da audiência seja baseada no conhecimento desta de que o locutor tem um certo procedimento no reportório.

De maneira a lidar com as elocuições-tipo estruturadas, Grice invoca a noção de procedimento resultante. Um procedimento para uma dada elocução-tipo é um procedimento resultante se for determinado por um conhecimento de procedimentos para elocuições-tipo particulares que são elementos constituintes dessa elocução-tipo, e para qualquer sequência de elocuições-tipo que exemplifique um ordenamento particular de categorias sintácticas. Segue-se uma análise detalhada destes procedimentos, até se chegar a uma definição da noção de elocução-tipo completa, que faz referência à ideia de correlação. A noção de correlação é aparentemente problemática na medida em que há elementos de circularidade na sua explicação. Esta circularidade apenas é tolerável na medida em que nos leva a um fenómeno geral que surge em ligação com a explicação da prática linguística: a aceitação implícita das regras linguísticas. A teoria da conversação aproxima a aceitação das regras linguísticas e as práticas conversacionais, lançando alguma luz sobre o mistério dessa aceitação. A racionalidade é a ponte entre a aceitação implícita das regras linguísticas e as práticas conversacionais tal como elas se efectivam.

No quinto capítulo, abordou-se a teoria griceana da conversação. De forma a estabelecer precisamente quais as condições que governam a conversação, Grice introduz a noção crucial de implicatura. Por um lado, Grice utiliza a noção de ‘dizer’, relacionando-a com o significado convencional das palavras proferidas por um locutor. Mas, além de ajudar a determinar aquilo que é dito, o significado convencional das palavras usadas contribui também para determinar aquilo que é implicado pelo seu uso. Quando um locutor quer-dizer algo não convencionalmente recorre em muitos casos a implicaturas que Grice chama conversacionais. Disto resulta que a conversação é encarada por Grice como um empreendimento racional, intencional e interpessoal, regido por um Princípio Cooperativo. Este princípio pode ser especificado por meio de quatro máximas conversacionais (quantidade, qualidade, relação e modo), sendo que cada uma destas máximas regula outras máximas e sub-máximas. Os locutores irão proceder do modo prescrito por estes princípios porque é razoável que assim o façam. A presença de uma implicatura conversacional é apreendida com recurso ao raciocínio, e neste é essencial que o interlocutor seja capaz de processar o conteúdo do estado psicológico do locutor no momento da elocução. Grice dá exemplos de vários casos de implicatura conversacional particularizada: casos nos quais uma implicatura é realizada ao dizer-se algo numa ocasião particular em virtude das características especiais do contexto. Mas também existem casos de implicatura conversacional generalizada; esta não depende de características particulares do contexto; ao invés, surge tipicamente associada à proposição expressa. Pode-se atribuir à implicatura conversacional as características gerais da cancelabilidade, inseparabilidade e calculabilidade.

No sexto e último capítulo, fez-se uma breve contextualização da teoria griceana do significado, comparando-a com as teorias de L. Wittgenstein e N. Chomsky. As teorias do significado têm sido tradicionalmente divididas em dois campos teóricos: as teorias formais e as teorias do uso. Procurou-se explicitar, de forma breve, as diferenças entre as teorias de Wittgenstein (um exemplo de teórico do uso) e Chomsky (um exemplo de teórico formalista) com a teoria de Grice.

Para Wittgenstein, como os problemas filosóficos surgem de mas interpretações da linguagem comum, é esta que deve ser investigada. Wittgenstein chama jogos de

linguagem às práticas que envolvem significado e em que a linguagem e comportamento interagem: o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem. Grice e Wittgenstein atribuem ambos uma importância crucial à gramática dos jogos de linguagem comuns; mas Grice não quer perder de vista o estudo do significado literal das elocuições, como se vê na diferenciação por ele feita entre aquilo que é dito e aquilo que é implicado. A Chomsky interessa-lhe a formulação dos princípios abstractos que determinam a estrutura e utilização da linguagem; esses princípios são universais por necessidade biológica e têm origem nas características mentais da espécie humana. Chomsky recusa, portanto, a primazia do estudo da função comunicativa da linguagem, ao contrário de Grice, que funda nesse estudo a sua teoria da linguagem.

A lição básica de Grice é, deste ponto de vista, a de que a primazia da função comunicativa da linguagem pode ter excelentes resultados teóricos. Foi precisamente isto que se tentou mostrar ao longo deste trabalho.

### **Bibliografia específica.**

AVRAMIDES, A. – *Meaning and Mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1989.

AVRAMIDES, A. – “Intention and Convention”. In: HALE, B.; WRIGHT, C. – *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell, 2005, pp. 60–86.

BALDWIN, T. – “Philosophy of Language in the Twentieth Century”. In: LEPORE, E.; SMITH, B. (eds.) – *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 60-99.

CHOMSKY, Noam – *Reflexões Sobre a Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1977.

COSENZA, Giovanna (ed.) – *Paul Grice’s Heritage*. Turnhout: Brepols, 2001.

GRICE, H. P. – “Meaning” (1ª ed. de 1957). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, pp. 213-223.

GRICE, H. P. - “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning” (1ª ed. de 1968). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, pp. 117-137.

GRICE, H. P. – “Utterer’s Meaning and Intentions” (1ª ed. de 1969). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, 86-116.

GRICE, H. P. - “Logic and conversation” (1ª ed. de 1975). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, pp. 22-40.

GRICE, H. P. - “Meaning Revisited” (1ª ed. de 1982). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, pp. 283-203.

GRICE, H. P. - “Retrospective Epilogue” (1ª ed. de 1987). In: *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989, pp. 339-385.

GRICE, H. P. - *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

GRICE, H. P. – *Aspects of Reason*. Oxford: Clarendon Press, 2008.

HALE, B.; WRIGHT, C. – *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell, 2005.

KANT, I. – *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LEPORE, E.; SMITH, B. (eds.) – *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LOAR, Brian – “The Supervenience of Social Meaning on Speaker’s Meaning”. In: COSENZA, Giovanna (ed.) – *Paul Grice’s Heritage*. Turnhout: Brepols, 2001, pp. 101-113.

MARTINICH, A. P. – *Philosophical Writing*. Oxford: Blackwell, 2010 (1ª ed. de 1989).

NEALE, Stephen – “Paul Grice and the philosophy of language”. In: *Linguistics and Philosophy* 15, Maio de 1992, pp. 509-559.

SEARLE, John R. – *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (1ª ed. de 1969).

STEVENSON, C. L. – *Ethics and Language*. Yale University Press, 1960 (1ª ed. de 1944).

STRAWSON, P. -“intention and convention in speech acts”. In: *The Philosophical Review*, Vol. 73, Nº 4, Outubro de 1964.

WITTGENSTEIN, L. – *Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

### **Bibliografia geral.**

CARRILHO, Manuel Maria – “Linguagem e Pragmática”. In: CARRILHO, Manuel Maria – *A Filosofia das Ciências*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, pp. 53-75.

CARRILHO, Manuel Maria – *A Filosofia das Ciências*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

CHAPMAN, Siobhan – *Paul Grice, Philosopher and Linguist*. Basingstoke: Palgrave, 2005.

COSENZA, Giovanna – “Some Limits and Possibilities of Grice’s Account of Meaning and Communication”. In: COSENZA, Giovanna (ed.) – *Paul Grice’s Heritage*. Turnhout: Brepols, 2001, pp. 7-32.

DAVIS, Wayne A. – *Implicature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 (1ª ed. de 1998).

GRANDY, R.; WARNER, R. – “Paul Grice: A View of his Work”. In: GRANDY, R.; WARNER, R. (eds.) – *Philosophical Grounds of Rationality*. Oxford: Clarendon Press, 2004 (1ª ed. de 1986), pp. 1-44.

GRANDY, R.; WARNER, R. (eds.) – *Philosophical Grounds of Rationality*. Oxford: Clarendon Press, 2004 (1ª ed. de 1986).

GRICE, H. P. – “Reply to Richards”. In: GRANDY, R.; WARNER, R. (eds.) – *Philosophical Grounds of Rationality*. Oxford: Clarendon Press, 2004 (1ª ed. de 1986), pp. 45-106.

GRICE, H. P. – *The Conception of Value*. Oxford: Clarendon Press, 2006 (1ª ed. 1991).

MIGUENS, Sofia – *Filosofia da Linguagem – Uma Introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

SCHIFFER, Stephen – *Meaning*. Oxford: Clarendon Press, 2002 (1ª ed. de 1972).

SCHIFFER, Stephen – *Remnants of Meaning*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1989 (1ª ed. de 1987).